



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM ARTES**

CRISTIAN MARQUES DE SOUSA

**O ESTÁGIO DO CURSO TÉCNICO DE REGÊNCIA EM SOBRAL: ENTRADAS,
CORTES E AÇÕES EM EDUCAÇÃO MUSICAL**

FORTALEZA

2018

CRISTIAN MARQUES DE SOUSA

O ESTÁGIO DO CURSO TÉCNICO DE REGÊNCIA EM SOBRAL: ENTRADAS,
CORTES E AÇÕES EM EDUCAÇÃO MUSICAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Artes da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Artes. Área de concentração: Música

Orientador: Prof. Dr. Marco Túlio Ferreira da Costa

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S696 Sousa, Cristian Marques de.
O Estágio do curso técnico de regência em Sobral: entradas, cortes e ações em educação musical / Cristian Marques de Sousa. – 2018.
105 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Artes, Fortaleza, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Marco Túlio Ferreira da Costa.
1. Curso técnico em regência. 2. Ensino Médio. 3. Educador musical. I. Título.

CDD 700

CRISTIAN MARQUES DE SOUSA

O ESTÁGIO DO CURSO TÉCNICO DE REGÊNCIA EM SOBRAL: ENTRADAS,
CORTES E AÇÕES EM EDUCAÇÃO MUSICAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Artes da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Artes. Área de concentração: Música

Orientador: Prof. Dr. Marco Túlio Ferreira da Costa

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marco Túlio Ferreira da Costa
(Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Luiz Botelho Albuquerque
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Elvis, de Azevedo Matos
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradecimento a Deus, autor de toda sabedoria.

Aos meus pais, pela paciência e incentivo no caminho de estudo e vida.

À minha esposa Aparecida, pela paciência em momentos de investimento intelectual.

À minha filha Thalyta, grande inspiração e alegria nos momentos mais difíceis.

A CAPES, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio.

Ao Prof. Dr. Marco Túlio Ferreira da Costa, pela excelente orientação e fraternidade no caminho de aprendizado.

Aos grandes amigos Emanuel e Elaine pelo acolhimento, atenção e amizade, tão essenciais nas bases deste trabalho.

À toda a equipe da EEEP Lysia Pimentel, e em especial aos parceiros de trabalho professores técnicos.

Aos queridos estudantes do Curso de Regência (turmas 1 e 2), pelo caminho que trilhamos até aqui.

Aos queridos amigos Leo Araújo, José Brasil, Boca, Carmem, Layane, Marcília e Ana Amélia que dispuseram um pouco de seu tempo e sabedoria ministrando oficinas práticas durante a formação.

Aos grandes companheiros de trabalho Adriano Prado e Bruno Paiva, tão essenciais nesta trajetória.

Aos queridos amigos da Escola de Música de Sobral pelo acolhimento e docilidade para conosco.

Ao Curso de Música de Sobral (UFC) pelo apoio e fraternidade de sempre.

Aos professores participantes da banca examinadora pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos professores entrevistados, pelo tempo concedido nas entrevistas.

Aos amigos da turma de mestrado, pelas reflexões, críticas e sugestões recebidas.

“Diga-me e eu esquecerei. Ensina-me e eu lembrarei. Envolve-me e eu aprenderei”.

(Benjamim Franklin)

RESUMO

O presente trabalho investigou o Estágio Curricular Obrigatório do Curso Técnico em Regência localizado na cidade de Sobral, objetivando investigar se existiram oportunidades formativas na área de educação musical para os estudantes deste curso vislumbradas a partir de tal período. Este curso é uma das modalidades formativas pertencentes às Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP no Estado do Ceará, sendo ofertado (até 2017) em dois polos: na Escola Governador Virgílio Távora (Crato) e na Escola Lysia Pimentel Gomes (Sobral), visando a formação de profissionais técnicos de nível médio na área de música com atuação através da liderança e formação de grupos musicais. A formação em Regência ocorre em concomitância com o Ensino Médio em regime integrado possuindo três anos de duração. No último semestre do curso, cada estudante deve cumprir uma determinada carga horária de Estágio Curricular propondo desta forma um contato prático com sua área de formação, objetivando também que os egressos tenham uma melhor preparação para o ingresso no mundo do trabalho. Escolhemos como público-alvo observar os estudantes da segunda turma do curso (2015 – 2017), durante sua atuação na disciplina de Estágio Curricular Obrigatório no segundo semestre de 2017. Metodologicamente utilizamos a pesquisa Qualitativa, sob o design de estudo de caso tendo como instrumentos de coleta de dados: os Relatórios Finais de Estágio produzidos por cada estagiário durante este período, um questionário produzido pelo autor e nossas observações em campo. Dialogam nesta pesquisa os autores Sergio Figueiredo e Sérgio Deslandes Souza, a partir de suas considerações sobre a formação do regente e sua visão como educador musical, e também o autor Professor João Emanuel Benvenuto, através de suas contribuições e análises a respeito do período de Estágio Curricular, articulando tais conceitos para iluminar nossa pesquisa. Como resultado desta pesquisa, apontamos que este curso soma-se ao contexto local no que tange as estratégias de ensino de música podendo prover ao estudante alguns ganhos como: conhecimento formal; possibilidade de prosseguimento nos estudos; a inclusão no mundo trabalho a partir de tal área; possibilidade de aprendizado empreendedor a partir da arte, favorecendo o campo de ensino da música em Sobral e cidades vizinhas.

Palavras-chave: Curso Técnico em Regência; Ensino médio; Educador musical.

ABSTRACT

The present work investigated the Mandatory Curricular Internship of the Technical Course in Regency located in the city of Sobral, aiming to investigate if there were formative opportunities in the area of music education for the students of this course envisaged from that period. This course is one of the formative modalities belonging to the State Schools of Professional Education (EEEP) in the State of Ceará, being offered (until 2017) in two poles: at the Governador Virgílio Távora School (Crato) and at the Lysia Pimentel Gomes School (Sobral), aiming at the training of technical professionals of medium level in the area of music with acting through the leadership and formation of musical groups. The training in Regency occurs in concomitance with the High School in an integrated regime having three years of duration. In the last semester of the course, each student must fulfill a certain timetable of Curricular Internship, thus proposing a practical contact with their area of training, aiming also that the graduates have a better preparation for entering the world of work. We chose as audience to observe the students of the second class of the course (2015-2017), during their performance in the subject of Compulsory Curricular Internship in the second semester of 2017. Methodologically we use Qualitative research, under the case study design having as instruments of data collection: the Final Reports of Internship produced by each trainee during this period, a questionnaire produced by the author and our observations in the field. The authors Sergio Figueiredo and Sérgio Deslandes Souza, based on their considerations on the formation of the conductor and his vision as a musical educator, and also the author Professor João Emanuel Benvenuto, through their contributions and analyzes regarding the period of Internship Curricular, articulating such concepts to illuminate our research. As a result of this research, we point out that this course joins the local context regarding music teaching strategies, providing the student with some gains such as: formal knowledge; possibility of continuing the studies; inclusion in the world work from such area; possibility of entrepreneurial learning from art, favoring the field of music teaching in Sobral and neighboring cities

Keywords: Technical Course in Regency; High school; Musical educator

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Habilidades referenciais do regente	35
Tabela 2 – Cursos do eixo produção cultural e design	52
Tabela 3 – Instituições e órgãos onde poderão atuar os estagiários	71
Tabela 4 – Desafios encontrados nas concedentes em 2017	75
Tabela 5 – Apresentação dos pesquisados	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEDET	Célula de Currículo e Desenvolvimento do Ensino Técnico
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEEST	Célula de Estágio
CENTEC	Instituto Centro de Ensino Tecnológico
COEDP	Coordenadoria de Educação Profissional
CREDE	Coordenadoria Regional de Ensino
EEEP	Escola Estadual de Educação Profissional
ICE	Instituto de Co-responsabilidade pela Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PROEJA	Programa de Educação de Jovens e Adultos
PPP	Projeto Político Pedagógico
SEDUC	Secretaria da Educação Básica
SICE	Sistema Informatizado de Captação de Estágio
SIGE	Sistema Integrado de Gestão Escolar
TCE	Termo de Compromisso de Estágio
TER	Termo de Realização de Estágio
TEO	Tecnologia Empresarial Odebrecht
TESE	Tecnologia Empresarial Socioeducacional
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	O ENSINO MÉDIO	19
2.1	Ensino profissionalizante no Brasil	20
2.2	As Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP no Estado do Ceará	23
2.2.1	<i>Dos profissionais Técnicos</i>	27
2.3	Atual Reforma no Ensino Médio	30
3	REVISÃO DE LITERATURA	34
4	CONCEITO DE REGENTE	41
4.1	Regência Coral	42
4.2	Regência no Brasil	43
4.3	Regência coral e música no Ceará	46
4.4	Curso Técnico Integrado em Regência	51
4.4.1	<i>Perfil profissional</i>	57
4.4.2	<i>Disciplinas</i>	57
5	CURSO DE REGÊNCIA EM SOBRAL	60
5.1	Primeiros Compassos	60
5.2	Aprendizado de instrumentos no Curso de Regência	64
5.3	O corte, momento de encerrar a apresentação	66
5.4	O estágio curricular obrigatório em Regência	68
5.4.1	<i>Estágio 2016</i>	72
5.4.2	<i>Atuação da segunda turma em estágio</i>	74
6	METODOLOGIA	77
6.1	O relatório final de estágio	78
6.2	O Questionário	81
7	ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AO ESTÁGIO 2017	82
7.1	Análises dos Relatórios Finais de Estágio	82
7.2	Análises do questionário aplicado	89
8	O CODA: CONCLUSÕES DA PESQUISA	95
	REFERÊNCIAS	99
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	102

ANEXO A – MATRIZ CURRICULAR 2017	103
---	------------

1 INTRODUÇÃO

“Temos que ter compromisso com nossa realidade. Precisamos saber de onde viemos e para onde vamos”. Professora Izaíra Silvino.

Da capo...

Trago primeiramente minha história de vida, com a qual pretendo buscar uma reflexão e um entendimento sobre minha formação humana para por fim buscar uma melhor compreensão de minha prática enquanto docente e artista.

Sou filho do meio de uma família de cinco pessoas. Meus pais são oriundos da cidade de Canindé, interior do Ceará, e vieram, em 1975, em busca de melhores condições de vida para a capital, Fortaleza. Na capital, eles moraram em diversos bairros, até por fim fixar residência em um bairro da periferia chamado Vila Manoel Sátiro onde ali, ambos iniciaram um contato ainda maior com a vida religiosa, integrando também o contato com a música nestes locais e em especial tendo a experiência dos grupos de oração da renovação carismática.

Segundo depoimento de minha mãe, sempre fui muito encantado com música, e lembra que, dentre os filhos eu seria o único que demonstrava desde muito pequeno, inclinações musicais. Na minha infância, tive diversas influências musicais, e em especial através dos discos de padre Zezinho, cujas músicas ainda me vêm à memória até hoje, e que também juntava caixas de papelão do comércio de meus pais para fazer “minha bateria” e passava horas acompanhando as músicas de que gostava através de gravações que fazia em fitas cassete.

Foi assim, por influência dos meus pais, que se iniciaram meus primeiros contatos com a música. Atribuo especificamente a minha mãe, não só a iniciação musical, mas minha iniciação religiosa a qual juntei com as atividades musicais. Durante dezenove anos, (1994 a 2013), vivi e convivi nesse ambiente religioso e musical, no qual aprendi diversas práticas musicais como cantar, tocar violão, bateria e contrabaixo, fui também coordenador do ministério de música, o que me possibilitou dentre outros ganhos, o exercício da liderança em grupo musicais.

Todas as experiências vivenciadas através das práticas musicais neste local impulsionaram-me a percorrer o caminho acadêmico, e já no ano de 2004 iniciei meus estudos no Centro Federal Tecnológico do Ceará - CEFET, atualmente

Instituto Federal do Ceará, IFCE, no Curso Técnico em Música. Este curso possuía em seu currículo as disciplinas básicas de iniciação musical como: Flauta doce; teoria musical, Violão, Canto coral, história da música e harmonia.

Foi essa formação musical que proporcionou-me construir as bases sólidas musicais que foram fundamentais para minha formação no Curso Superior em Música, onde no ano de 2006 fui aprovado no vestibular para o curso de Licenciatura em Música na Universidade Estadual do Ceará – UECE, concluindo-o no segundo semestre do ano letivo de 2010.

Durante o Curso de Música, comecei a refletir sobre as questões relativas a educação musical, principalmente no contato com as ideias dos educadores Kodaly, Dalcroze, Willems, Orff e Suzuki. Esses músicos e educadores que, através de suas práticas pedagógicas inovadoras lançaram, no começo do Século XX, as bases de toda educação musical moderna.

Segundo Fonterrada (2008), cada um destes pedagogos, contribuiu e contribui ainda hoje, na formulação dos princípios básicos do atendimento em educação musical. Tais experiências destes pedagogos/educadores musicais contribuíram de forma essencial para minha atuação profissional fornecendo-me as bases para uma atuação reflexiva ante as práticas trabalhadas em sala de aula.

Minha primeira experiência docente formal aconteceu através do trabalho com o programa Mais Educação da Prefeitura de Fortaleza, onde atuei como bolsista responsável pela atividade coral na Escola de Ensino Infantil e Fundamental Claudio Martins, pertencente à rede pública municipal de ensino, onde me deparei com o desafio de oportunizar aos adolescentes uma nova perspectiva no combate da violência e das drogas por meio da vivência musical, através das seguintes práticas musicais: violão, flauta, percussão e canto, das quais as preferidas eram o violão e a percussão.

Paralelamente, trabalhei na Escola de Música Tocata, uma escola especializada em música localizada no bairro Aldeota. Neste local, as aulas aconteciam de forma individual e também coletiva, com as mais variadas faixas etárias atendendo crianças a partir de seis anos até jovens de dezoito anos. O nivelamento dos temas ocorria a depender do que cada aluno já conhecia de música e de seu instrumento, contudo, o trato dos conteúdos buscava principalmente o ato de tocar em conjunto.

Nos anos de 2012 à 2013 tive a oportunidade de lecionar música no

município de Caucaia, como professor temporário da rede municipal de ensino, na Escola Flávio Portela Marcilio. Nesta instituição pude atuar com o ensino de música para alunos do Ensino Fundamental com idades de nove à quinze anos, e também atender pessoas da comunidade durante o contra turno, através das práticas de canto coral, violão, teclado, flauta doce e percussão. As aulas ocorriam em uma sala reservada para a música, e tinham por característica principal o trabalho com o repertório de iniciação musical através de repertório de música popular conhecidas por eles, para em seguida tratar dos temas relativos à teoria musical.

Além dos alunos regulares, obtive também nesta instituição a oportunidade de trabalhar música com adolescentes portadores de deficiência intelectual, o que me fez buscar também novas estratégias para ensinar música á este público, trabalhando ali a inclusão social via música. Ao ter me deparado com esta realidade, iniciei em 2012 um curso de pós-graduação em nível de especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica, onde pude compreender melhor o funcionamento da aquisição de conhecimento humano, o que me preparou para a abordagem musical para o público da educação inclusiva.

Esta experiência me permitiu assumir uma nova frente no trabalho pedagógico-musical a partir de 2014 a 2017. Lecionei na Escola de Ensino Estadual de Educação Profissional – EEEP Lysia Pimentel, localizada na cidade de Sobral, atuando como professor e coordenador do Curso Técnico Integrado em Regência. Este curso tem por finalidade a preparação de profissionais técnicos em música, que possam desenvolver em sua cidade ou localidades vizinhas, atividades voltadas à formação de grupos musicais, ampliando as possibilidades voltadas à vivencia de educação musical.

A partir deste contato, decidi investigar esta formação técnico-profissionalizante, buscando compreender quais os objetivos de sua atuação na preparação de Técnicos na área de Regência musical na cidade de Sobral. Dentre as perspectivas formativas deste Curso pertencente às Escolas Estaduais de Educação Profissional de responsabilidade da Secretaria de Educação do Estado (SEDUC), nos debruçaremos sobre o Estágio Curricular Obrigatório, averiguando quais as contribuições deste período formativo no desenvolvimento de experiências significativas em educação musical para os envolvidos.

Justificativa

O Ensino Médio é considerado pela nova LDB como etapa final da formação integral do cidadão e possui em nosso país uma trajetória recente, se comparada aos demais níveis educacionais. Devido a sua grande responsabilidade com relação à “entrada destes jovens na sociedade” ele sofreu inúmeras modificações, o que aparentemente aponta para uma visão apenas de “política de Governo”, não existindo assim uma prática de continuidade de ações anteriormente propostas.

A partir do ano de 2008 o Governo do Estado do Ceará, através da SEDUC¹, decidiu por ofertar à comunidade cearense a Educação Profissional de forma integrada ao Ensino Médio, desenvolvida nas Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP. Cada escola possui, em seu contexto cursos técnicos em áreas de formação que seguem o documento: Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (BRASIL 2008), com vistas a favorecer o mercado local, através da preparação de jovens para a imersão no Mundo do Trabalho. Uma dessas formas de inserção é o Curso Técnico Integrado em Regência, formação técnica na área de educação musical, que atende atualmente em dois polos: Crato e Sobral.

Este curso surgiu a partir do objetivo de atender a demanda gerada pela Lei nº 11.769/2008², que altera a Lei de diretrizes e bases da educação, a Lei nº 9.394/96 e versa sobre a obrigatoriedade do ensino de música na escola como conteúdo, provendo aos estudantes de processos de contato com esta arte. Segundo o Plano de Curso desta formação (CEARÁ, 2011; CEARÁ, 2016) cada disciplina constante no currículo tem por objetivo capacitar o estudante para atuar no mercado de trabalho como profissional técnico capaz de formar e assumir grupos musicais, sejam estes instrumentais ou vocais, se apropriando das técnicas musicais e também preparados para uma atuação de qualidade através da experiência de Estágio Supervisionado obrigatório que ocorrerá no último semestre do curso.

Diante do exposto, nos surge a questão pesquisa: será que o Estágio Curricular em Regência pode promover o domínio das práticas e experiências musicais apreendidas durante sua formação? Esta questão serve-nos de fator motivador para a pesquisa aqui proposta.

¹ Secretaria de Educação do Estado do Ceará

² Disponível em: <https://s187246.gridserver.com/materia/lei-11769-de-18082008-dispor-sobre-a-obrigatoriedade-do-ensino-da-musica-na-educacao-basica/> acesso em 13/04/17 as 07:00

Objetivos

Desta forma, estabelecemos como objetivo desta pesquisa investigar se se existiram oportunidades formativas na área de educação musical para os estudantes deste curso vislumbradas a partir do Estágio Curricular na área de Regência na cidade de Sobral. Como objetivos específicos, elencamos os seguintes pontos: Observar a atuação dos agentes em campo; investigar se estes estudantes exerceram em verdade as práticas de Regência musical; verificar se estes estudantes aplicaram os conteúdos estudados em suas praticas de estagio, e seu envolvimento com as práticas musicais durante o Estágio.

Além das questões expostas acima, esta pesquisa desvelará ainda outras, por exemplo: o que é o ensino médio no Brasil e no Ceará? Qual análise do documento que orienta esta formação? O que ocorre com o estudante egresso? O que fazem? É possível que este egresso ingresse no nível Superior na área de música? São estas inquietações que pretendo descobrir nesta pesquisa.

Resumo dos capítulos

Para a compreensão da temática aqui tratada, buscamos discutir no próximo capítulo a respeito do Ensino Médio no Brasil, no Ceará e o percurso do ensino profissionalizante, abordando ainda sobre a atual reforma deste nível de ensino em âmbito nacional, para que de posse de tais informações possamos compreender o contexto da formação investigada.

No terceiro capítulo abordamos os principais autores que embasam nossa revisão de literatura a respeito da temática de ensino musical, regência e do Estágio na área de música, ambos articulados ao Curso Profissionalizante em Regência no Ceará. Dialogam com esta pesquisa os autores Sergio Figueiredo e Sergio Deslandes Souza, através das discussões a respeito da temática de da formação do regente e sua atuação como educador musical, apto a desenvolver práticas em Educação Musical. A respeito da temática do Estágio Curricular Obrigatório na área de música, o Autor Emanuel Benvenuto colabora conosco a partir de suas análises e discussões a respeito da atuação do estudante/estagiário, apontando a importância deste período para a formação deste profissional.

No quarto capítulo conceituamos o ato de reger para em seguida discorrer

a respeito das práticas de regência no Brasil, e no Ceará. Neste capítulo apresentamos o Curso Técnico Integrado em Regência, pertencente às EEEP's cearenses, analisando o Plano de Curso da Formação Técnica aqui abordada, para assim buscar o correto entendimento daquilo que se almeja para esta formação.

O quinto capítulo trata da metodologia utilizada nesta pesquisa. Neste capítulo esclarecemos ao leitor quais as estratégias e técnicas de pesquisa utilizadas no curso desta investigação.

O sexto capítulo aborda a respeito da formação em Regência na cidade de Sobral, versando sobre como ocorreu o ensino de instrumentos, as práticas musicais desenvolvidas nesta cidade e traçando sua trajetória de curta existência, assim também como os motivos de sua finalização em Sobral.

No sétimo capítulo expomos e discutimos os dados da pesquisa a partir da análise dos Relatórios Finais de Estágio produzidos pelos estudantes durante sua atuação no segundo período de 2017.

Desta forma, o oitavo capítulo apresenta nossas considerações a respeito desta pesquisa, no que diz respeito a área de formação em Educação Musical a partir da atuação como regente, propondo ainda que ela possa contribuir para investigações futuras na área de educação musical como um todo.

2 O ENSINO MÉDIO

Para uma melhor compreensão da formação aqui investigada, iniciamos neste capítulo um breve resumo situacional sobre o Ensino Médio no Brasil com foco na realidade cearense.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)³, o sistema de Educação básica contempla o ensino Pré-escolar, Fundamental e Médio. O Ensino Médio é o nível de ensino no qual se enquadram os estudantes egressos do Ensino Fundamental, com faixa etária que contempla adolescentes de quatorze anos até jovens de dezoito anos.

Complementando esta lei, o MEC⁴ lançou, à nível nacional, o documento Parâmetros Curriculares do Ensino Médio⁵ - PCNEM (BRASIL, 2000), e de acordo com este, a modalidade expandiu-se desde a década de 80, sendo que de 1988 a 1997 e sua demanda cresceu em torno de 90%, porém em números reais, a população em idade de quinze a dezessete anos representa apenas 25% dos estudantes que deveriam estar matriculados e frequentando a escola, o que coloca nosso país em desigualdade com relação a inúmeros países, e até mesmo na América Latina.

Estes documentos discutem a respeito das mudanças na sociedade moderna e apontam que o Ensino Médio da mesma forma deve modificar-se para atender as novas demandas evidenciadas pela sociedade.

O Ensino Médio no Brasil está mudando. A consolidação do Estado democrático, as novas tecnologias e as mudanças na produção de bens, serviços e conhecimentos exigem que a escola possibilite aos alunos integrarem-se ao mundo contemporâneo nas dimensões fundamentais da cidadania e do trabalho (BRASIL, 2000, p. 4).

Concordamos com o exposto acima, no que diz respeito às mudanças na sociedade, e conseqüentemente, nas perspectivas de educação para este público em questão, porém, é imprescindível que se vislumbre também a visão de autores como Domingues (2000); Melo (2015) e Moll (2017) que apontam que esta modalidade de ensino mostrou-se sempre conflituosa em caráter de atendimento

³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm acesso em 19/01/2017 as 10h

⁴ Ministério da Educação e Cultura

⁵ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/par/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12598-publicacoes-sp-265002211> acesso em 02/01/17 as 8h e 20min

educacional.

Herdeiro da tradição dual, qual seja, de encaminhar os jovens para destinos desenhados a partir do berço, elemento característico de uma sociedade de quase-castas, o ensino médio encarnou historicamente (como escola secundária ou como 2º grau) a lógica da profissionalização para os jovens das camadas populares e a lógica propedêutica para os poucos destinados ao ensino superior (MOLL, 2017, p. 63).

Observa-se desta forma que a modalidade Ensino Médio, desde seu “surgimento” como área da Educação Básica reproduzia em si a própria sociedade, ou seja, proporcionando e incentivando a formação acadêmica aos filhos da camada mais abastada, e formação de cunho profissional aos estudantes de camadas populares.

Esta autora afirma ainda que:

[...] A consciência do direito de *todos* ao ensino médio é, ainda, na sociedade brasileira, um evento recente e não incorporado, do mesmo modo como lento e tardio foi o processo de incorporação do direito ao ensino fundamental, tanto na sua etapa primária, quanto ginásial, ao longo de todo século XX (MOLL, 2017, p. 63).

Após estas considerações, percebemos quão grandes são os desafios com que se depara o Ensino Médio brasileiro na atualidade. Prosseguimos nossa pesquisa nos detendo a seguir na discussão a respeito das mudanças e reformas que envolvem a modalidade do Ensino Médio no Brasil.

2.1 Ensino profissionalizante no Brasil

Neste tópico, propomos a discussão sobre o Ensino Médio com propostas Profissionalizantes em nosso país, buscando entender como aconteceram no Brasil as primeiras formas de atuação da temática profissionalizante inserida no Ensino Básico. De acordo com as autoras Escott & Moraes (2012), não havia no Brasil, até o século XIX propostas sistêmicas de Educação que primasse pelo preparo profissional, tendo em vista existir apenas a educação propedêutica voltada às elites.

Em 1809, D. João VI funda no Brasil o Colégio das Fábricas, sendo considerada então, a primeira grande iniciativa para educação profissionalizante do país (Parecer nº 16/99-CEB/CNE). A partir da chegada da família real no país temos o início dos investimentos governamentais em maior escala através da criação de

fábricas, estradas e outros investimentos.

Surge então a partir do século XX uma maior preocupação com a preparação de operários. Segundo Escott & Moraes (2012) no ano de 1909, o Brasil já possui 19 escolas de artes e ofícios, assumindo desta forma o Ensino Profissionalizante, que tinha aqui a finalidade moral de educar pelo trabalho os órfãos, pobres e desvalidos, tirando-os das ruas.

Ainda assim, contextualizadas em um período em que o desenvolvimento industrial praticamente inexistia, essas escolas tinham “a finalidade moral de repressão: educar pelo trabalho, os órfãos, pobres, e desvalidos da sorte, retirando-os das ruas”, caracterizando-se como política pública moralizadora da formação do caráter pelo trabalho (KUENZER, 2007, In ESCOTT & MORAES, 2012, p. 1494).

Somando-se a estas ações, tivemos no Brasil entre os anos de 1930 e 1940, ideais de formação para o trabalho já no primário, pois, no ano 1932 constavam no currículo desta modalidade o curso rural e o curso profissional, ambos com duração de quatro anos. Ao término deste período, estes estudantes poderiam percorrer esta trajetória de formação também no Ginásio⁶, a partir da formação Normal (pedagógico), técnico Agrícola ou técnico Comercial. Segundo elas havia certa dicotomia nas formas de “pensar” a formação do povo brasileiro.

Tais possibilidades de formação eram sustentadas pelas características de um período histórico em que as atividades secundárias e terciárias eram incipientes e não davam acesso ao ensino superior. Cabe destacar que, nesse período, as elites, após o ensino primário e secundário propedêutico, tinham a possibilidade de seguir sua trajetória de estudos no ensino superior caracteristicamente dividido em carreiras profissionais (ESCOTT & MORAES, 2012, p. 1495).

Dando prosseguimento a este histórico, temos nos anos de 1942 a Reforma Capanema que trouxe como característica evidente a importância da Educação do país, e em especial a Educação profissionalizante, definindo a partir de então, leis específicas para formação profissional nos ramos da economia e formação docente.

Essa reforma cria os cursos médios de 2º ciclo científico e clássico com duração de três anos, preparando os jovens para o ingresso no nível superior. Já a educação profissionalizante ocorria na fase final do ensino secundário através dos

⁶ Nomenclatura equivalente ao Ensino Médio

cursos Normal, industrial técnico, comercial técnico e agrotécnico, sendo que estes não preparavam para o Ensino Superior. O Governo cria por esta razão, exames de adaptação para egressos da formação técnica, possibilitando a estes o direito de participação nos exames de ingresso no ensino superior. Surge aqui como estratégia a criação do sistema “S”⁷.

Nesse período, cabe ainda o destaque à criação do SENAI (1942) e do SENAC (1946), sistema privado de educação profissional que, junto com as iniciativas públicas, visava atender as demandas oriundas da divisão social e técnica do trabalho organizado sob a égide do paradigma taylorista-fordista (ESCOTT & MORAES, 2012, p. 1495).

No governo militar, mais precisamente nos anos de 1971, tivemos em nosso país uma grande reforma na área educacional através da Lei nº 5.692/71 (reforma do 1º e 2º graus), que buscava dentre outras coisas estruturar a educação média como profissionalizante para todos, demonstrando assim um aparente interesse governamental pela aquisição de mão-de-obra especializada em nível médio para a crescente industrialização brasileira.

Já em 1982, entra em vigor a Lei 7.046/82, que altera novamente a modalidade de 2º grau devolvendo a este o ensino da Educação Geral, haja vista o fracasso e dificuldades na implementação do modelo anterior (profissionalização a todos). Após a promulgação da atual constituição (1988), entra em vigor na área educacional a Lei 9.394/96, atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que aponta que o ensino profissional passa a ocorrer quase que exclusivamente nas Escolas Técnicas Federais (atuais Institutos Federais).

Verificamos desta forma como ocorreu em nosso país a constituição do Ensino Profissionalizante e em especial, sua funcionalidade e objetivos. Para dar prosseguimento à nossa investigação, debruçaremos-nos a partir de agora sobre a atual construção do Ensino Médio Profissionalizante com foco na realidade do Estado do Ceará através da criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEEP.

⁷ Sistema de formação profissionalizante que contempla: Sesi; Senai; Sesc; Senac; Sest e Sebrae.

2.2 As Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP no Estado do Ceará

Como vimos acima, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) é a Lei que direciona a Educação Nacional. Esta Lei orienta que os municípios responsabilizar-se-ão pela manutenção da rede Municipal de Ensino que atenderá o Ensino fundamental, ao passo que os Estados serão os responsáveis (em parceria com o governo Federal) pelo Ensino Médio. No Estado do Ceará, o órgão que orienta este nível educacional é a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC).

De acordo com o artigo 22 da LDB, esta modalidade de ensino parte de um processo de escolarização que visa o desenvolvimento do indivíduo, assegurando-lhe uma formação indispensável para o exercício da cidadania, providos a partir dos meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. O artigo 36 desta lei afirma ainda que “o Ensino Médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas”.

Vemos desta forma que esta Lei propõe que a Educação Básica deveria ofertar uma educação que dialogue com Mundo do trabalho⁸, provavelmente indicando um interesse dos governantes deste período, porém, embora fosse proposta uma articulação entre escola e trabalho, Melo (2015) afirma que “o Decreto nº 2.208/97⁹, ao regulamentar a educação profissional, tornou inviável qualquer perspectiva profissionalizante no ensino médio”, pois, seria impossível esta oferta de forma integrada ao Ensino Médio, haja vista, que este decreto orientava que a educação profissional teria organização curricular própria e independente, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial, contradizendo assim a LDB, que orienta a articulação.

Buscando a proposição de novos ideais para uma maior integração entre Ensino Médio e Educação profissionalizante, o MEC lançou em 2004 o documento “Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica”, que aponta a respeito da necessidade desta integração entre as duas áreas.

Sem a estreita relação com a educação básica, a educação profissional corre o risco de sempre se tornar mero fragmento de treinamento em benefício exclusivamente do mercado e dos interesses isolados dos

⁸ Termo utilizado pela SEDUC para descrever todas as relações de ação do indivíduo e trabalho

⁹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm acesso em 02/01/18 as 18 horas

segmentos produtivos (BRASIL, 2004, p.12).

Observamos desta forma um interesse por parte do Ministério da Educação em prover um formato educacional que articulasse as duas modalidades (Ensino Médio e Profissionalizante) Neste mesmo ano, ocorre então a revogação do Decreto nº 2.208/97, sendo promulgado em seu lugar o Decreto nº 5.154/2004¹⁰. De acordo com Melo (2012) esta aproximação é necessária para a atual realidade do Ensino Médio no Brasil, propondo desta forma o aumento da escolarização.

O objetivo dessa aproximação seria o aumento da escolarização e a melhoria da qualidade da formação do jovem e adulto trabalhador. [...] o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a 'travessia' para uma nova realidade (MELO, 2015, p. 23).

Partindo deste princípio foram desenvolvidos em todo território nacional os ideais das Escolas de Educação Profissional, que buscariam possibilitar neste cenário, “novos ares” e um novo caminho para o alcance de um sistema educacional de maior qualidade amenizando a lacuna social da preparação de egressos deste nível na sociedade. Para concretização de tal política educacional, o Ministério da Educação – MEC lançou em 2007 o Decreto Federal Nº 6.302/2007¹¹, o Programa Brasil Profissionalizado.

O cenário de crescimento econômico brasileiro, e em especial no Ceará, no início do século XXI, estimulou ações governamentais que visassem à aquisição de uma mão-de-obra mais qualificada para o atendimento de novos postos de trabalho que vinham surgindo, exigindo-se desta forma a oferta de qualificação profissional para facilitar a inclusão de jovens no mundo do trabalho.

A nível estadual, as Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP – do Estado do Ceará iniciaram suas atividades no ano de 2008, através da Lei nº 14.273 de dezenove de dezembro de 2008¹². Inspirado em experiências exitosas deste modelo educacional no Estado de Pernambuco, desenvolvendo no Ceará uma nova visão para o sistema educacional de Ensino Médio.

Segundo este documento, o Poder executivo estava autorizado a criar na

¹⁰ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm acesso em 02/01/18 as 18 horas.

¹¹ <http://portal.mec.gov.br/brasil-profissionalizado> acesso em 02/01/18

¹² Disponível em: <http://www.apec.org.br/extra/LEI.n.14273de2008.pdf>. Acesso em 24/01/17 as 19h

estrutura organizacional na Secretaria de Educação (SEDUC) as Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP sendo-lhes asseguradas as condições (pedagógicas, administrativas e financeiras) para a oferta do Ensino Médio Técnico e a preparação para o trabalho.

A legislação emanada da esfera federal favorecia a oferta do ensino médio articulada à educação profissional. Inclusive a condição para o financiamento dessa modalidade de ensino nos estados, através do Programa Brasil Profissionalizado, era a sua oferta de forma integrada ao ensino médio, prioritariamente. Apresentava-se então uma grande oportunidade para o Estado do Ceará implantar a rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional, objetivando responder à necessidade de formação profissional dos jovens, ampliando sua escolaridade e criando a oportunidade de inserção destes no mercado de trabalho (MELO, 2015, p. 26).

As primeiras experiências vivenciadas a partir deste novo formato de articulação do Ensino Médio ocorreram através da adaptação de escolas da rede estadual, para, em seguida iniciar-se a construção dos prédios que seguiam um padrão em comum organizado pelo Ministério de Educação e Cultura. A SEDUC elegeu as escolas que apresentassem indicadores educacionais abaixo do esperado e situado em área de vulnerabilidade social, mas que apresentassem as condições mínimas para implantação.

É nesse contexto que nascem as primeiras 25 (vinte e cinco) Escolas Estaduais de Educação Profissional do Estado do Ceará, no ano de 2008, através da Lei Estadual Nº 14.273/2008. Nesse primeiro momento foram atendidos 20 dos 184 municípios cearenses: Fortaleza, Maracanaú, Pacatuba, Iguatu, Cedro, Sobral, Pacajus, Quixadá, Tauá, Barbalha, São Benedito, Redenção, Jaguaribe, Senador Pompeu, Crato, Itapipoca, Santa Quitéria, Tabuleiro do Norte, Crateús e Brejo Santo, contemplando 4.181 alunos. De início foram ofertados quatro cursos técnicos integrados ao ensino médio: Enfermagem, Guia de Turismo, Segurança do Trabalho e Informática (MELO, 2015, p. 26).

A partir de sua criação (2008) estas escolas passaram a funcionar em jornada de tempo integral, ofertando aos estudantes as disciplinas da formação própria de nível médio, e também as disciplinas constantes no currículo da formação Técnica escolhida.

Art. 2º As Escolas Estaduais de Educação Profissional terão estrutura organizacional definida em Decreto, fundamentada em parâmetros educacionais que venham a atender os desafios de uma oferta de ensino médio integrado à educação profissional com corpo docente especializado e jornada de trabalho integral (CEARÁ, 2008).

Para uma melhor compreensão a respeito do desenvolvimento organizacional acima descrito, o Diário Oficial do Estado (DOE) de 04/04/12¹³, aponta que, a estrutura organizacional das EEEP's serão compostas da seguinte forma: I. Corpo docente especializado formado por professores do ensino médio regular e Instrutores de ensino profissional¹⁴; e II. Núcleo gestor constituído de Direção e assessoramento superior (coordenações), ambos os cargos em comissão.

No que diz respeito à estrutura física, o Governo do Ceará buscou recursos junto ao Governo Federal através da parceria do referido Programa Federal de incentivo ao fomento de Educação Profissionalizante para os cidadãos brasileiros.

Para o desenvolvimento dessa política, o Governo Estadual contou com a parceria do Governo Federal, através do Programa Brasil Profissionalizado, que tem sido, juntamente com os recursos do Tesouro Estadual, a principal fonte de financiamento das redes estaduais de ensino para a expansão da educação profissional e tecnológica no Ceará (CEARÁ, 2016, p. 10).

De acordo com esta Secretaria, a rede de ensino estadual de responsabilidade conta, na atualidade (2017) com 116 escolas deste padrão, sendo ali oferecidas 53 modalidades de cursos técnicos em áreas distintas de formação, distribuídas em todo o Estado do Ceará e tendo por missão oportunizar os jovens de famílias carentes, um futuro com maior qualificação para o ingresso no mercado de trabalho e habilitação para concorrer a uma vaga na universidade.

A autora Melo elenca abaixo algumas características advindas deste contexto educacional.

É certo que esse projeto de educação profissional no Estado do Ceará objetiva não somente facilitar o acesso dos jovens estudantes ao mercado de trabalho, mas também contribuir para que estes deem continuidade aos estudos. Mas ao mesmo tempo, dado os altos investimentos na formação profissional, coroada com um estágio que lhes permite vivenciar as situações reais de trabalho, com uma carga horária bem superior ao que é exigido, chama atenção a trajetória dos alunos egressos (MELO, 2015, p. 29).

Ao olhar a trajetória do Ensino Profissional em nosso país devemos de

¹³ Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/35954894/does-caderno-1-04-04-2012-pg->
Acesso em 24/01/17 as 19:20

¹⁴ Professores Técnicos EMI

toda forma lançar um olhar crítico a respeito das intenções advindas de projetos governamentais. A autora Moll (2017) observa alguns pontos que são de certa forma preocupantes, visto que tais articulações demonstram uma possível manutenção de classes sociais.

Outro aspecto peculiar e preocupante diz respeito a *inclusão da experiência de trabalho no setor produtivo* como parte do tempo educativo e do currículo escolar. A rigor, as experiências de inserção dos jovens pobres em atividades produtivas não têm respondido a demandas formativas, pois, se assim fosse, todos os jovens, independentemente de classe social, deveriam ter essa inserção como parte de sua trajetória escolar (MOLL, 2017, p. 70).

Ao analisar tais ponderações, percebemos que embora favoreçam aos estudantes no critério de acessibilidade ao mercado de trabalho e ao nível superior, a maior proposta da escola profissional é a inclusão dos estudantes no mundo do trabalho, havendo, contudo, uma parcela de ingressantes na universidade¹⁵.

Estas são as considerações a respeito da criação e desenvolvimentos das atuais Escolas Estaduais de Educação Profissional- EEEP's do Estado do Ceará. Prosseguimos em nossa pesquisa abordando pontos que são integrantes da funcionalidade destas instituições, mais precisamente sobre a formação profissional, como é o caso dos Professores Técnicos.

2.2.1 Dos profissionais Técnicos

Tratamos neste tópico mais especificamente sobre a atuação dos profissionais responsáveis pela formação da área profissionalizante no contexto das EEEP's cearenses. De acordo com o Diário Oficial do Estado (DOE) de 04/04/12¹⁶, a estrutura organizacional compor-se-á de: I. Corpo docente especializado formado por professores do ensino médio regular e Instrutores de ensino profissional¹⁷; e II. Núcleo gestor constituído de Direção e assessoramento superior (coordenações), ambos os cargos em comissão.

Para compreender melhor quais as competências (responsabilidades) dos docentes atuantes nestas escolas, trazemos nas palavras de Melo (2015) um

¹⁵ <http://www.eeepjt.seduc.ce.gov.br/> Acesso em 24/01/17 as 19:10

¹⁶ www.jusbrasil.com.br/diarios/35954894/does-caderno-1-04-04-2012-pg- Acesso em 24/01/17 as 19:20

¹⁷ Professores Técnicos EMI

esclarecimento a respeito da formação na base comum curricular e também sobre a formação profissionalizante que embasa cada curso técnico.

A formação geral (base nacional comum) abrange os treze componentes curriculares básicos, e comuns ao ensino médio: Língua Portuguesa, Artes, Educação Física, Inglês, Espanhol, História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Matemática, Biologia, Física e Química. (MELO, 2015, p. 49).

No que diz respeito à formação em uma área profissionalizante nestas escolas, observa-se que:

A formação profissional é composta por conteúdos curriculares específicos de cada curso técnico, que obedecem a uma carga horária mínima, de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, publicado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), do Ministério da Educação (MEC). As cargas horárias mínimas dos cursos variam entre 800, 1.000 e 1.200 horas. À carga horária de aulas teóricas é acrescida a carga horária mínima relativa ao estágio supervisionado, que é de 50% para os cursos da área de saúde, e de 25% para os demais cursos, conforme a Resolução Nº 413/2006, Art. 20, parágrafos 1º e 2º, do Conselho Estadual de Educação (Idem).

Vemos desta forma que há na Resolução Nº 413/2006 uma pretensão de inter-relação entre ensino propedêutico e formação profissional a partir de um currículo integrado, distribuído em nove horas de trabalho diário, sendo ofertados a cada estudante os conhecimentos referentes ao nível Médio e formação em área técnica escolhida. Desta forma, os professores atuantes destas instituições distinguem-se em base comum (disciplinas do currículo nacional) e professores técnicos.

No Diário Oficial do Estado (D.O.E.) exposto acima, consta que os profissionais que atuam na formação profissionalizante são considerados instrutores. Isto se dá pelo fato de que em sua maioria, estes não possuem formação pedagógica provida por curso de licenciatura. Desta forma, poucos cursos técnicos são atendidos por profissionais licenciados, visto em sua maioria estas são bacharéis ou mesmo técnicos naquela determinada área.

Ao observar criticamente este fato, nos deparamos com uma inquietação: qual a diferença para a formação de um estudante a atuação de um profissional sem a devida preparação docente? Não desqualificamos aqui os profissionais que atuam neste nível, porém, entendemos que a formação docente (Licenciatura) trará a este profissional uma bagagem singular para o trabalho formativo, assim também como,

possibilitará ao estudante em formação um olhar crítico a respeito de sua atuação após egresso.

O corpo docente dos cursos técnicos integrados das Escolas de Educação Profissional do Estado do Ceará é selecionado pelo Instituto Centro de Ensino Tecnológico – CENTEC, órgão responsável pela contratação dos profissionais (docentes, instrutores) a partir do regime das Consolidações das Leis Trabalhistas (CLT).

Segundo informações do órgão¹⁸, o Instituto CENTEC é uma sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos, que foi qualificada pelo Governo do Estado do Ceará como Organização Social - OS, e tem, segundo seus princípios, a missão de promover a educação e a tecnologia por meio do ensino, da pesquisa, da inovação e da extensão, em áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará.

Os profissionais selecionados aqui passam a desenvolverem um contrato terceirizado de prestação de serviços para o Governo do Estado, sendo assegurados todos os direitos cabíveis da CLT. As seleções ocorrem anualmente, em geral no mês de junho, ou a depender da necessidade de profissionais para atuação nestes cursos. No edital de cada seleção constam as exigências a respeito da formação curricular dos profissionais.

O professor habilitado por esta seleção pode atuar como Professor do Ensino Médio Integrado (EMI) ou como professor Assistente – EMI, sendo isto diferenciado pela formação, pois o Professor - EMI possui graduação completa ou especialização, e já o Assistente - EMI pode atuar com formação incompleta.

Em geral, até o ano de 2015, as seleções contavam de quatro fases: prova escrita (objetiva); Entrevistas e atividades comportamentais; Prova de Títulos e Prova didática. No ano de 2016, estas seleções passaram a realizarem-se em apenas um único dia e contemplaram a Prova objetiva e de títulos, com vias a aperfeiçoar os processos de contratação profissional.

Caso a Secretaria de Educação do Estado necessite de profissionais Técnicos para as Escolas, e o Instituto não contiver em seu banco de pessoal, este órgão gerência uma Seleção Simplificada, que consta de um edital contendo apenas as carências das escolas, os cursos e localidades de aquisição destes profissionais.

¹⁸ www.centec.org.br. Acesso em 28/12/16 às 13h

Em geral, nestes editais exigem-se apenas a titulação dos profissionais e aqueles que estiverem habilitados são direcionados a uma entrevista com a gestão escolar para a concretização ou não da atuação deste profissional, cabendo aqui a decisão da gestão. A seguir, pontuamos ainda no próximo tópico a contextualização da atual reforma do Ensino Médio e suas articulações em nossa sociedade.

2.3 Atual Reforma no Ensino Médio

Neste tópico discutiremos a respeito do que consideramos contundente a respeito das políticas de reforma do Ensino Médio no Brasil, haja vista, como exposto acima, esta modalidade “passou” por inúmeras mudanças. Embora tenham ocorridos tais alterações curriculares e de atuação no Ensino Médio, voltamos nosso foco sobre a atual Reforma proposta para este Nível. Dentre as inúmeras modificações almejadas para este nível de ensino, ambas buscavam de certo modo, reproduzir os ideais daqueles que detinham o poder administrativo. Notamos desta forma que esta trajetória de mudanças tem sido uma constante no sistema educacional brasileiro.

No Brasil, apesar da importância que os governos dão ao planejamento curricular, a história tem demonstrado que, sucessivamente, as reformas “fracassam”. [...] Em geral, essas políticas de currículo têm se caracterizado como programas de governo, isto é, com início e fim determinados pelos mandatos. Falta tempo para sua implantação e consolidação no espaço de um governo, acarretando descontinuidade administrativa e pedagógica. O mais grave é que tais políticas levam ao descrédito no âmbito escolar, uma vez que os professores não acreditam nelas, e, portanto, não se engajam efetivamente (DOMINGUES; TOSHI; OLIVEIRA, 2000, p. 64).

Concordamos com os autores, pois, observa-se desta forma que não há intenção de políticas de continuidade dos programas educacionais propostos por mudanças de currículo, o que gera em nós alguns questionamentos: qual será a verdadeira intenção de tais mudanças? Haverá alguma influência das políticas externas sob a ótica de modernização?

Creemos, em concordância com os autores que toda mudança curricular é parte integrante de políticas governamentais de desenvolvimento, porém é perceptível que tais alterações repetem um padrão que vem ocorrendo na maioria dos países latino-americanos.

Acreditamos que toda mudança curricular é parte de uma política de desenvolvimento do país, e, portanto, o currículo deve expressar coerência e articulação com esse projeto. Isso explica, em grande parte, porque o planejamento curricular está adquirindo centralidade nas reformas educativas, especialmente na América Latina (DOMINGUES; TOSHI; OLIVEIRA, 2000, p. 64).

De posse de tais argumentos, voltamos nossa discussão a respeito da última reforma articulada no governo do presidente Michel Temer entre os anos de 2016 e 2017. De acordo com Moll (2017) a Reforma no Ensino Médio, foi a primeira das reformas propostas articuladas pelo novo Governo, em um cenário político conturbado, logo após a deposição (Impeachment) da Presidente Dilma.

Ao assumir a presidência da República, o grupo que acompanhou o Ministro Paulo Renato Souza na direção do MEC durante os anos de 1994 a 2002 “retoma” a direção deste órgão, explicando-se desta forma quão rápido se deu a apresentação da Medida Provisória (MP) 746/2016¹⁹ ao povo brasileiro em oposição às ações realizadas durante o Governo anterior, que elevaram o ensino médio à condição de obrigatoriedade a todos os jovens na faixa etária de 15 a 17 anos.

Consideramos desta forma que houve uma pretensão do Governo em gerar uma nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC)²⁰, tendo por objetivo trazer um foco das mudanças referentes ao Ensino Médio, o que exige novos livros, materiais didáticos e também mudanças que arregimentarão a indústria da avaliação e do treinamento de professores.

De acordo com o MEC, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que define e normatiza o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem adquirir durante sua formação na Educação Básica, assegurando os direitos relativos ao aprendizado e em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE), propondo que haja uma maior integração das políticas educacionais e articulação das três esferas de poder²¹. Estas diretrizes foram entregues à população brasileira em três de abril de 2018, identificando a pertinência de nossa discussão. Não abordaremos aqui o detalhamento advindo deste documento, porém, consideramos importante a discussão do mesmo e abaixo

¹⁹ <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992> acesso em 10/04/18 às 19h

²⁰ http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site.pdf acesso em 10/04/18 às 19h

²¹ Executivo; Legislativo e Judiciário.

expomos o pensamento de Moll no que diz respeito à esta efetivação da BNCC. Esta autora adverte que,

Ao ancorar toda mudança do ensino médio na BNCC, apesar de centralizar o currículo no ensino do Português, da Matemática e do Inglês, a reforma alimenta a ilusão de que o problema da educação básica no Brasil é o da definição de conteúdo curriculares (MOLL, 2017, p. 67).

Vemos a partir de tais observações que esta reforma direciona a resolução dos desafios da Educação brasileira apenas na reformulação de currículo, omitindo os verdadeiros meios para uma melhoria significativa do sistema educacional. Moll (2017) acerva também que estas modificações privam os estudantes de experiências propostas por disciplinas que propõe o desenvolvimento cultural e humano destes estudantes.

Exemplifica isso a intenção deliberada da *reforma* quando retira a promoção do “desenvolvimento cultural dos estudantes” e a “Educação Física” da LDBEN. Mesmo que os movimentos posteriores de profissionais e de diferentes grupos tenham mudado essa proposição, a intencionalidade explicitada pode ser pensada nos seguintes termos: por que investir em *desenvolvimento pleno* – mesmo que assim esteja nominado na Constituição Federal – se muitos destes estudantes não serão sequer incorporados ao “mercado”, se eles são os que sobrarão no rearranjo das forças produtivas tão ávidas de diminuir custos e ampliar ganhos? (MOLL, 2017, p. 70).

Sob a ótica de um ensino obsoleto, o Governo aponta que o atual Ensino Médio se encontra ultrapassado, sendo tal fato comprovado através dos baixos índices de aproveitamento escolar dos estudantes, justificando-se e articulando assim a MP nº 746/2016, que foi transformada na Lei 13.415/2017²², que *reforma* o Ensino Médio.

Uma observação que deve ser feita é que realmente há necessidade de reformas para a efetivação de uma maior qualidade em nossa educação, porém, a atual reforma não possui justificativas que a validem no campo pedagógico, haja vista que esta reforma traz em seu contexto o abandono a experiências que vem sendo desenvolvidas em diferentes estados e esferas da União, assim também como a proposição de Itinerários Formativos que desconsideram as construções de integração curriculares de mais de dez anos, até mesmo no que diz respeito à concomitância entre instituições de formação geral e formação profissional.

²² <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>- acesso em 15/01/17 às 18 horas.

Para conclusão desta seção, e dando prosseguimento á nossa pesquisa, expomos aqui o pensamento abaixo, que se refere as necessidades de uma profunda e real mudança no Sistema Educacional Brasileiro.

Não há dúvida acerca da necessidade de mudanças na estrutura pesada, vertical e fragmentada do ensino médio brasileiro. Porém, não é a retirada de determinados componentes curriculares, justo os que podem alargar a visão de mundo dos estudantes, que resolverá o problema. Novos desenhos curriculares, alicerçados em projetos de investigação e de inserção, acompanhados por professores de diferentes áreas, em diálogo, podem nos levar a outro patamar de oferta da educação básica, bem como a qualificação da infraestrutura e da carreira docente (MOLL, 2017, p. 71).

A partir de tais considerações, concordamos que em verdade o ato de reformar a modalidade Ensino Médio é uma necessidade, porém, devemos observar que não houve verdadeiramente uma consulta aos docentes, gestão e estudantes, que compõem a escola, e se mesmo assim tal reforma foi aprovada, consideramos que há alguma intencionalidade de manutenção dos pensamentos elitistas para a educação brasileira, propiciando a seus descendentes uma formação com vias ao Nível Superior, e aos demais, uma educação para o trabalho.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Abordamos neste capítulo as considerações e discussões que envolvem a temática do Curso de Regência à luz dos esclarecimentos providos por estes autores e sua relação com esta pesquisa. Para tanto, dialogam com esta pesquisa os autores Sérgio Figueiredo e Sérgio Deslandes Souza, a partir das discussões e abordagens a respeito da função e preparação do regente, o que nos permite uma melhor compreensão desta figura aqui discutida. Discutiremos em capítulo posterior o conceito de Regência, porém, se faz necessário que abordemos neste capítulo as considerações desta formação de acordo com a bibliografia da área.

De acordo com Souza (2015), a palavra Regência obteve o significado que conhecemos apenas no século XIX, assim também como sua prática na atualidade, sendo que tal prática está limitada à música ocidental, embora outras tradições musicais utilizem a prática, como é o caso da música Turca, e de Grupos *Big Bands*, que executam repertório Jazzístico²³.

Com relação à trajetória histórica do surgimento da função de regente, Souza afirma que esta pode ser dividida em três “fases” distintas. De acordo com ele:

A história da direção musical pode ser convenientemente dividida em três fases que se sobrepõem: o cantor-batedor-de-tempo (séculos XV e XVI); o instrumentista-líder (séc. XVII e XVIII); o regente com a batuta (séc. XIX e XX). (SPITZER e ZASLAW, 2014 in SOUZA, 2015, p. 17).

Este autor descreve a atuação do regente a partir da música de caráter polifônico²⁴ durante o século XV, prosseguindo então para a atuação do regente/músico.

Primeiramente com o surgimento da polifonia e a criação da escrita musical mensurada, tornou-se imperativo que alguém coordenasse a flutuação de pulso que ocorre em grandes grupos musicais. A essa marcação deu-se o nome de “*tactus*”. [...] posteriormente surgiu o regente-instrumentista, frequentemente o próprio compositor da obra, que atuava dirigindo o grupo a partir do violino ou do cravo (SOUZA, 2015, p. 18).

Com o passar dos séculos, e o desenvolvimentos dos grupos musicais, assim também como o caráter das composições, surge a necessidade de um líder

²³ Estilo musical Norte Americano

²⁴ Termo musical para designar várias melodias que se desenvolvem independentemente, mas dentro da mesma tonalidade In: <https://www.dicio.com.br/polifonia/> acesso em 02/02/18 às 14h

que esteja “fora” do corpo da(o) orquestra/coral que seja responsável pela interpretação da obra musical como um todo. Surge desta forma a atuação da figura de regente que hoje utilizamos.

Com a separação gradual entre regência e composição mistificou-se a habilidade e técnica do regente, ao deslocar o foco da atenção para os maneirismos, estilo, aparência e questões de interpretação (SOUZA, 2015, p. 20).

Observamos desta forma que a função de regente foi adquirindo formas e responsabilidades diferentes ao passar dos tempos até adquirir a função que hoje utilizamos a partir da liderança de grupos musicais. Para o melhor desenvolvimento artístico e cultural de um grupo musical, existem alguns elementos que devem ser desenvolvidos pelo regente para que haja uma execução de qualidade. De acordo com Figueiredo (1990, p. 2) “a transmissão do conhecimento musical, a qualidade da expressão vocal e a postura perante a obra de arte são alguns dos elementos que dependem da atuação do regente”.

No que diz respeito as habilidades e requisitos para a atuação como regente, o autor Souza aponta uma série de habilidades musicais e não musicais que devem ser observadas na constituição desta função. Para melhor visualização destes dados, construímos a tabela abaixo.

Tabela 1 - Habilidades referenciais do regente

Habilidades referenciais	Função
Técnica Gestual	Código gestual utilizado na comunicação com o grupo musical;
Técnica de Ensaio (instrumental)	Procedimentos particulares a cada grupo instrumental
Leitura de Partitura e Análise	Capacidade de ler uma partitura completa e sua capacidade de compreender analiticamente
Performance	Experiência adquirida na prática de condução de grupos musicais
Instrumentação e Orquestração	Conhecimento que o regente tem que ter sobre a natureza da forma de produção sonora de cada instrumento.
Acompanhamento de solistas	Capacidade de conduzir um recitativo ou um solo instrumental/vocal,
Leitura à primeira vista (uma voz)	Capacidade que o regente deve possuir de entoar uma linha musical sem acompanhamento
Teoria Musical	Conhecimento gramático, sintático, fraseológico, estrutural, morfológico e conceitual da música como linguagem específica;

Detecção e correção de erros	Capacidade que o regente deve possuir de detectar e corrigir os erros do conjunto musical, de forma precisa
História da Música	Conhecimento histórico do desenvolvimento da linguagem, práticas e estilos musicais
Proficiência em um instrumento principal	Capacidade de dominar um instrumento musical
Interpretação	Diz respeito a tópicos de ordem técnica que envolvem a execução musical e que sublinham determinados elementos de uma composição,
Domínio razoável em instrumento(s) secundário(s)	Capacidade de dominar um instrumento harmônico que lhe permita estudar as relações verticais da linguagem musical
Conhecimento do Repertório/Literatura da Área	Diz respeito ao leque de obras de referência da área musical a que se pretende trabalhar;
Elaboração de Programas	Habilidade que depende diretamente do conhecimento do Repertório/Literatura
Estética do repertório	Nuances específicas de cada período histórico-musical.
Técnicas de ensaio (vocal)	Procedimentos particulares aos grupos vocais
Prática de execução (na estante)	Experiência adquirida na prática de participação em grupos musicais como instrumentista ou cantor;
Treinamento auditivo	Capacidade desenvolvida de perceber as notas constantes na partitura
Técnica Vocal	Procedimentos particulares a cada grupo vocal nos quesitos de afinação, dicção, idiomas, pronúncia e fisiologia da voz;
Elaboração de Arranjos	Componente técnico-criativo que o regente deve possuir quando precisa trabalhar com um grupo diferente
Relações humanas e Liderança	Técnicas de comunicação, bom relacionamento interpessoal, administração, produção e gestão apropriada e proativa do trabalho em grupo.
Conhecimento Geral	Diz respeito ao leque de conhecimentos que um regente deve possuir, sobre diversas áreas do humano, incluindo-se aí, a história geral, a cultura literária, idiomas, a psicologia, etc

Fonte: Souza (2015, p. 25-30)

Observamos desta forma que o Regente deve ser bem preparado para que possa assumir com responsabilidade suas funções, tendo em vista a liderança de um grupo musical, desta forma, sua orientação é imprescindível para o desenvolvimento deste público.

Como visto esta preparação de pessoas para a função de regente (líder) é essencial para o desenvolvimento dos integrantes de grupos musicais. O regente deve assumir a postura de líder/educador daquele grupo, e, portanto, assumir a preparação adequada de executantes visando uma prática musical que viabilize as experiências musicais de forma saudável e eficiente. Para tanto, este profissional

deve, dentre outras coisas, planejar-se para favorecer o aprendizado do grupo que está à frente.

De acordo com Figueiredo (1990):

[...] O regente como líder de uma experiência educacional, deve facilitar a aprendizagem através da criação e controle de treinamentos. Esta criação e controle de treinamentos dependem de planejamento. (FIGUEIREDO, 1990, p.16)

Este autor completa ainda sua exposição observando que o Regente de coros é, sobretudo, um educador musical, e como tal, este deve elencar estratégias de trabalho, propondo desta forma um crescimento para o grupo.

O regente coral, como agente de um processo educacional, pode desenvolver com maior eficácia os diversos aspectos envolvidos na prática coral através de planejamento. É tarefa de todo educador musical estabelecer estratégias que apresentem níveis progressivos de dificuldade de maneira simples e atraente (FIGUEIREDO, 1990, p.19).

Concordamos com este autor em sua proposição visualizando a figura do regente como um educador musical, visto que em sua atuação, este profissional pode proporcionar um melhor esclarecimento no que diz respeito à música para o referido público, abordando conceitos e técnicas que favorecem a experiência cultural e artística que ultrapassam o simples ato de entoar uma canção. Observamos desta forma a importância da formação da pessoa que tornar-se-á regente, visto que este poderá influenciar positiva ou negativamente os integrantes de um grupo musical.

No que diz respeito ao grupo coral, a figura do regente é sempre tomada como referência, sendo observado que o coro, na maioria das vezes, aprende dado repertório através da imitação de seu líder. Figueiredo (1990) aponta que o regente deve ser um “modelo” adequado para que ao ser imitado pelo coral.

Um grupo coral depende muitas vezes do processo de imitação: o regente demonstra e os cantores repetem. Neste caso o modelo do regente tem que ser obrigatoriamente bom para poder representar um apoio eficiente para os cantores. Se o modelo for sempre bom e houver ênfase na qualidade da imitação do modelo, o grupo aprende a cantar bem (FIGUEIREDO, 1990, p. 42).

A partir da visão aqui exposta, observamos como é imprescindível que haja uma preparação adequada de profissionais que atuam na liderança de grupos musicais, e em nosso caso, na atuação de líder de corais. Em geral, a preparação de profissionais regentes ocorre em Curso de nível Superior de graduação em música, sendo as temáticas de regência trabalhadas em disciplinas específicas como apontam os autores Lago (2008); Grings (2011) e Souza (2015).

Existe, porém, propostas de formação de regentes/educadores musicais à nível médio, buscando desta forma que estes profissionais atuem na formação de pequenos grupos musicais, que é o caso do Curso Técnico em Regência aqui investigado. O Estado do Ceará, através das Escolas Estaduais de Educação Profissional, propôs-se a ofertar de forma profissionalizante o ensino da arte musical, a partir da imersão de um Curso Técnico na área de Regência. Para tanto, a Secretária de Educação do Ceará (SEDUC) convidou a arte educadora, professora, e autora cearense Izaira Silvino para que pudesse articular no âmbito das escolas da rede estadual um Curso profissionalizante na área de ensino de música nesta rede de Ensino.

Dentre as características a serem analisadas nesta formação, analisamos nesta pesquisa o período referente ao Estágio Curricular Obrigatório em Regência, que ocorre no último semestre do curso e tem por objetivo geral propor uma atuação prática a partir do treinamento ofertado durante a formação.

Para tanto, dialogamos agora com o autor Benvenuto (2012), a partir de suas contribuições a respeito da temática de Estágio em Música. Embora sua pesquisa tenha por foco a atuação de estudantes de curso de Graduação, consideramos contundentes suas considerações a respeito deste período formativo e dialogamos com este autor para iluminar-nos nesta investigação.

Ao observar sua própria trajetória de formação, este autor evidencia a importância do período do estágio para sua construção como docente. Observamos desta forma que o autor considera relevantes para sua formação até mesmo as dificuldades advindas da prática de ensino musical. Segundo ele,

Aprender a ser professor a partir das experiências adquiridas na prática de ensino vivenciadas em sala, permitiu-me perceber algumas características na relação de ensino/aprendizagem de música que não estão ditas em nenhum livro de Pedagogia Musical como, por exemplo, interferências culturais que dificultam o trabalho de música desenvolvido na escola, ou questões de como motivar a turma, entre outros (BENVENUTTO, 2012, p. 39).

O Estágio, segundo sua visão, como componente curricular, permite ao estudante um contato mais próximo com a atuação de professor/educador musical, propondo que o estagiário se depare com as exigências diárias desta profissão, em um ambiente que poderá ser seu futuro lugar de atuação.

A importância do estágio como componente curricular está no fato de levar os licenciandos para escola objetivando estimular a compreensão da dinâmica do cotidiano escolar e a reflexão sobre a prática docente. A experiência vivida no espaço escolar permite um contato mais próximo com a profissão e direciona o olhar do estudante para as exigências que permeiam o dia-a-dia do professor. O Estágio Supervisionado leva o futuro professor a um contato intenso com o ambiente que será seu campo de atuação profissional (BENVENUTO, 2012, p. 47).

Apesar de contemplar em sua fala apenas os licenciandos ²⁵, consideramos que estas observações se aplicam também nas práticas relativas ao Estágio Curricular do Curso de Regência aqui analisado, haja vista que ambos atuem a partir das práticas relativas à educação musical. Desta forma, concordamos com este autor a respeito da importância do contato do estudante de música com o ambiente escolar durante o período de Estágio.

No que diz respeito à função do Estágio do Curso Técnico em Regência, o Plano de curso da formação (CEARÁ, 2011, 2016) aponta que este período é fundamental para concretização do conhecimento, haja vista, ser no estágio que o estudante irá compartilhar, transmitir e dividir todo conhecimento adquirido em prol dos alunos da instituição escolhida, através de sua atuação em escolas (particulares ou públicas), creches, ONGs²⁶, ou instituições voltadas exclusivamente para o ensino da música. Benvenuto completa esta questão afirmando que:

Numa perspectiva ideal de ensino e aprendizagem, a passagem pela disciplina de estágio deve proporcionar ao estudante uma visão ampla sobre a atividade docente, contribuindo para uma gradual formação na área de ensino à medida que experiências com a prática educativa passam a constituir o processo de formação do Músico-Educador (BENVENUTO, 2012, p. 48).

Para que hajam adequadas práticas durante o período formativo do Estágio, os estudantes precisam ser preparados para uma atuação de qualidade durante seu período de formação teórica, pois, de acordo com Benvenuto, o Estágio

²⁵ Estudantes do Curso de Licenciatura em Música.

²⁶ Organizações Não Governamentais

tem como desafio ser o articulador entre os conhecimentos teóricos (adquiridos durante a formação) e práticos (atuação propriamente dita).

Partindo de um ponto de vista de maior escala, a atuação destes estudantes/estagiários pode favorecer o contexto local (principalmente a área educacional) a partir da imersão do referido público em ambientes que favoreçam sua prática de Estágio e em contrapartida, possibilitem o acesso ao conhecimento proposto por estes. Benvenuto aborda tal visão a partir da análise do Estágio em nível superior através da atuação em ambientes escolares.

[...] O fato de distribuir os estagiários em diferentes escolas da cidade possibilita o acesso ao conhecimento musical a um maior número de alunos da rede pública, partilhando e democratizando o ensino de música de maneira ampliada a outras escolas, não limitando a aprendizagem da construção docente a um único espaço de formação (BENVENUTO, 2012, p. 54).

Concordamos com este autor e afirmamos que o Curso Técnico em Regência pode de certa forma, favorecer as cidades onde se encontra através da atuação de seus estudantes no ambiente escolar público, e também privado através da formação de grupos nestes locais. Consideramos que a atuação de técnicos e graduandos fortalece o acesso à Educação Musical.

A partir de tais palavras vemos consolidar-se o quão importante torna-se tal proposta formativa, haja vista seu potencial de ação fomentando a conquista de possibilidades de atuação no mercado de trabalhos para agentes ali formados. Cabe salientar que tais possibilidades ainda devem ser ousadamente buscadas devido ao curto espaço de tempo de tais profissionais em campo. Seguiremos nossa pesquisa abordando no próximo capítulo o conceito de Regência, assim também como a apresentação da temática formativa de nível médio profissional, que é nosso objeto de estudo.

4 CONCEITO DE REGENTE

Iniciamos este capítulo conceituando o termo Regência para assim propor um melhor entendimento acerca da temática aqui pesquisada. De acordo com Bennett (1989) a arte musical é uma das mais antigas da humanidade e acompanha o ser humano desde os tempos mais remotos, presente em inúmeras atividades e com funções distintas, como é o caso de rituais religiosos, festividades sociais, dentre outros.

No que diz respeito ao nosso tema, afirmamos que existem na música termos específicos para descrever atividades musicais que tem por intenção a obtenção/produção de som, como é o caso da digitação nos instrumentos de corda e de sopro. Da mesma forma, a utilização do gestual próprio de regência visa a melhor produção sonora do grupo que está executando a obra musical.

Propondo um melhor esclarecimento sobre o termo, apresentamos aqui o conceito de Regência a partir da visão de estudiosos da área. De acordo com Grings (2011), “Regência é direção de uma execução musical através de gestos visíveis destinados a garantir a coerência e unidade e interpretação”. Já o autor Zander (2003) aponta que o ato de reger/dirigir, em música significa conduzir um grupo de executantes (sejam estes instrumentistas ou cantores) mantendo a unidade musical, guiada pelos gestos das mãos, do corpo, ou mesmo por expressões faciais.

Souza (2015) apresenta tal conceito como: “um conjunto de habilidades musicais e extramusicais necessárias ao desempenho da tarefa/função de conduzir um grupo em uma apresentação musical”.

Consideramos desta forma que dentre os conceitos apresentados, a Visão de Zander parece ser a mais completa por abordar que o regente poderá ainda utilizar como parte de seu gestual as próprias expressões. Acreditamos que tal fator possibilite uma execução musical de melhor qualidade a partir da atuação de seus interpretes. Completando estes conceitos elencados acima, o autor Kerr (2006) aponta que a automatização do gestual da regência não é Regência em si. De acordo com ele, o som pretendido pelo gesto é o que o torna Regência (KERR, 2006 apud GRINGS, 2011, p. 15).

De acordo com a literatura da área, a principal função da figura do regente está na direção/condução de grupos musicais, utilizando um gestual próprio para que sejam observados diferentes aspectos durante a execução musical. A autora

Giardini (2009) afirma que a presença de um regente é fundamental para qualquer grupo musical, a partir do uso de suas técnicas para conduzir este público em sua atuação (GIARDINI, 2009 *in* GRINGS, 2011, p. 15). Após conceituarmos o termo Regência, prosseguimos em nossa pesquisa discorrendo sobre a atuação do profissional (Regente).

4.1 Regência Coral

A área de regência possibilita ao profissional, duas formas de atuação: Regência Orquestral ou Coral. Além destas áreas, o autor Souza (2015) completa a atuação do regente apontando ainda uma terceira área de aplicação/atuação do regente que é a regência de conjuntos/bandas instrumentais de pequeno porte, como por exemplo, as bandas de música.

Zander (2003), esclarecendo a respeito das duas formas de atuação do regente expostas acima, esclarece que, ambas (regência Coral e Orquestral) distinguem-se nas formas de trabalho e ensaio. Na Regência orquestral o profissional (maestro/regente) que está à frente de uma orquestra, é em geral contratado para o concerto e utiliza como meio comunicativo a batuta. A Regência Coral por outro lado, exige um maior trabalho do regente com o grupo, haja vista, ser a maioria do público constituída por leigos e amadores, desta forma exigindo um maior convívio entre Regente e Coral.

Este autor aponta que tal fato é característica positiva, esclarecendo como consequência um maior relacionamento entre executantes e regentes, e isto permite aos regentes gestos especiais e particulares, o que não se observa num grupo como a orquestra.

Embora se observe que o regente de coros lida com público de maioria leigo, o Regente deve ser um profissional que possa propor uma atuação musical de qualidade. De acordo como autor Junker (1999) “em todo o mundo, e o Brasil não é exceção, a grande maioria dos grupos corais é de amadores”. Este autor afirma ainda que,

No ambiente social, o canto coral tem acontecido como uma manifestação cultural onde pessoas de vários seguimentos da sociedade se reúnem com um fim comum, em busca de realização cultural pessoal que será manifesta através de experiência ou vivência da sensibilidade estética (JUNKER, 1999, p. 1).

Apesar do termo “Amador” utilizado acima, afirmamos que é possível que se tenha em contexto nacional ou internacional, coros/corais formados por indivíduos profissionais. Não abordaremos tal tema aqui, pois não contempla nossa pesquisa. Nesta modalidade de regência é comum não se utilizar a batuta, pois os movimentos e gestos de dedos e mãos são imprescindíveis, principalmente quando se deseja trabalhar nas músicas fatores como dinâmicas ou nuances próprias de repertório.

Como tratamos neste trabalho de uma atuação específica como é o caso da temática de nosso objeto de pesquisa, torna-se essencial o esclarecimento dos conceitos acima expostos, nos detendo, contudo em Regência coral, buscando entender o campo de atuação da formação investigada.

4.2 Regência no Brasil

Apresentamos neste tópico uma discussão a respeito das práticas musicais ocorridas em nosso país, com o foco sobre a música coral e/ou coletiva, contudo, não é nossa pretensão discutir aqui a história da música brasileira. Para tanto, nos voltaremos apenas a alguns momentos históricos contextualizando desta forma o leitor acerca de nosso objeto de pesquisa.

De acordo com Zander (2003) foram as práticas musicais no decorrer da história que determinaram as técnicas que seriam utilizadas, desta forma, as “técnicas específicas” surgiram a partir de necessidades advindas das execuções musicais, fossem elas de caráter instrumental ou vocal.

Ao observarmos os registros iniciais da história do Brasil, constatamos a partir da visão de alguns estudiosos da música brasileira (CÁRICOL, 2012; BENVENUTO, 2012; FIGUEIREDO, 2013; PARENTE, 2015), que os Jesuítas utilizavam desde sua chegada a música e o teatro em seus momentos de catequização dos filhos de brancos nascido aqui, e também dos filhos dos índios. Além desta função, estes clérigos utilizavam a arte musical como auxílio ao ensino.

O contexto histórico brasileiro possui registros que mostram que, desde a colonização, os jesuítas ensinavam música às crianças e jovens, não apenas como forma de catequização, mas também como auxílio no ensino da leitura e da matemática. No entanto, poderia haver música e ensino de música no Brasil antes dos jesuítas, porém não há registro, pois, a civilização indígena não era letrada, diferentemente dos portugueses. Além

disso, os próprios jesuítas dizimaram grande parte da cultura que aqui existia (PARENTE, 2015, p.19).

Concordamos com a visão exposta pelo autor e em especial no que diz respeito à música indígena, haja vista, que não havia para estes a necessidade de grafia musical ou mesmo de registro, pois suas formas de ensino eram transmitidas oralmente. Segundo Cáricol (2012), o primeiro trabalho entre música e educação em nosso país ocorreu por volta dos anos de 1658 e 1661 através da promulgação da “Lei das aldeias indígenas” sendo aqui ordenado o ensino de canto que incluía além do cunho religioso, a inclusão de canções populares como as modinhas portuguesas.

No que tange ao ensino de regência propriamente dito, não existe na literatura brasileira nenhuma referência direta. De acordo com Souza (2015), tal prática era comum, e deveria estar associada à composição e às práticas musicais religiosas. Apesar de existirem na atualidade grande variedade de estudos voltados à história da música no Brasil, não se tem o conhecimento daquela produzida aqui até a segunda metade do século XVIII, explicando-se desta forma também a falta de conhecimento referente à área de regência. Souza explica também que além do que foi exposto acima, não se tem conhecimento da maior parte da música das regiões norte e nordeste, haja vista que, nestas tais regiões não teriam se desenvolvido economicamente.

Infelizmente, como nos informa Crowl (2005, p.23) “desconhece-se toda a música produzida em terras brasileiras em período anterior à segunda metade do século XVIII. Assim com desconhecemos a maior parte do que se produziu nas regiões norte e nordeste em toda época colonial.” Assim sendo, os processos de transmissão de conhecimentos relativos à Regência, também permanecem desconhecidos (SOUZA, 2015, p. 22).

O maior crescimento na área artística em nosso país, porém, se deu apenas a partir de 1808 com a chegada da família real, pois, chegam às terras brasileiras os principais músicos e também pensadores da corte. A partir de então, tem-se um aumento na atividade musical, proporcionando até mesmo a criação de Escolas Leigas para o ensino musical. A primeira e mais famosa destas Escolas foi a Sociedade Beneficente Musical²⁷, fundada em 1833 por Francisco Manuel da Silva.

²⁷ Esta foi a primeira Escola de ensino de música fundada no Brasil e que, no decorrer da história passou pelas seguintes mudanças: Em 1841 foi transformada no Conservatório Imperial de Música; em 1890 foi transformada no Instituto Nacional de Música; em 1903 Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil, e que na atualidade é a Escola de Música da UFRJ.

Percebemos desta forma que a presença da Corte Portuguesa propôs um crescimento artístico em nossas terras, porém, Souza (2015) aponta que apesar do apoio e incentivo no que diz respeito às artes, em geral, foi apenas na República que se deu início o intuito de ofertar um Ensino de Música no Ensino Público. Após o retorno da Coroa à Portugal, às práticas musicais, em nosso país muito se desenvolveram, porém, pelo fato de nosso país possuir dimensões continentais, torna-se difícil precisar com exatidão onde se deu seu maior crescimento.

Voltando-se ao nosso objeto de pesquisa e contextualizando-o no mundo, muitos estudiosos da área de regência (FUCCI AMATO, 2007; GRINGS, 2011; SOUZA, 2015) consideram o ano de 1820 como um divisor de águas, através da figura de Ludwig Spohr que introduziu a batuta para reger um concerto em Londres. O maior desenvolvimento da música orquestral de Beethoven e demais compositores de sua época, tornou necessária a figura do Regente musical, um orientador que não estivesse entre o corpo de músicos (orquestra), buscando-se desta forma uma melhor execução de seu repertório.

[...] as dificuldades e inovações na música orquestral de Beethoven e dos primeiros românticos assim como o aumento do número e da diversidade dos instrumentos da orquestra, tornou necessária a figura de um regente musical para além da primeira estante do violino ou por trás de um teclado no fosso da ópera. Com a separação gradual entre regência e composição mistificou-se a habilidade e técnica do regente, ao deslocar o foco da atenção para os maneirismos, estilo, aparência e questões de interpretação. (SOUZA, 2015, p. 20).

Com relação à especificidade e atuação da figura deste profissional, o compositor Berlioz escreveu em 1855 um pequeno tratado onde aponta para a profissionalização deste músico, considerando-o um especialista. De acordo com Souza (2015):

É a partir desta publicação que o regente passa a ser considerado um intérprete que orientará os músicos sobre como executar uma obra, utilizando-se apenas da regência silenciosa executada a partir de sinais e linguagem gestual (SOUZA, 2015, p. 20).

Já no Brasil, o século XX foi o período em que esta atuação se deu mais efetivamente. Pontuamos desta forma a importância histórico-cultural dos trabalhos de Heitor Villa-Lobos a partir do Canto Orfeônico, a partir do qual se almejou, dentre outras coisas, trabalhar a disciplina e o civismo através da música. Souza aponta o conceito de tal atividade.

O canto orfeônico tem características próprias que o distinguem do canto coral dos conjuntos eruditos. Trata-se de uma prática da coletividade em que se organizam conjuntos heterogêneos de vozes e tamanho muito variável. Nesses grupos não se exige conhecimento musical ou treinamento vocal dos seus participantes (GOLDEMBERG, 2002 In SOUZA, 2015, p. 24).

Este grande músico brasileiro buscou neste projeto o trabalho com o canto coletivo a partir do contexto escolar. Apesar de sua importância para o desenvolvimento do canto coletivo no Brasil, ele não foi o primeiro a introduzir o canto na escola. Figueiredo (2013) afirma que esta prática já vinha sendo concretizado na Europa “e sua aplicação no Brasil correspondia a uma série de anseios educacionais e sociais preconizados durante o Governo de Getúlio Vargas”.

Na prática cotidiana, os trabalhos (ensaios e preparação vocal) eram executados pelos professores de cada escola, sendo articulados após esta fase momentos coletivos para a culminância das ações organizados em estádios, com a intenção de fazer uma prática musical com “um milhão de vozes” destes estudantes regidos pelo próprio Villa-Lobos. Destacamos este projeto, pois cremos que o mesmo foi essencial à sua época e possui reflexos observáveis até nossos dias. Abaixo expomos o pensamento de Figueiredo (2013) a respeito desta atuação.

O Canto Orfeônico significou uma longa experiência para a educação musical brasileira – entre as décadas de 1930 até o final da década de 1950 – e até hoje são mencionados diversos aspectos daquela prática, alguns elogiosos e outros bastante críticos com relação ao modelo criado e desenvolvido por Villa-Lobos. Desta experiência podemos destacar a abrangência nacional do projeto, envolvendo escolas e estudantes de todo o Brasil (FIGUEIREDO, 2013, p. 33).

Concordamos com o autor a respeito desta valiosíssima experiência de ensino e prática de música de âmbito nacional. Seguiremos nossa pesquisa nos debruçando sobre esta temática no Estado do Ceará.

4.3 Regência coral e música no Ceará

Neste tópico discutiremos a respeito do desenvolvimento cultural/musical cearense, buscando contextualizar o leitor acerca de nosso objeto de pesquisa neste Estado. Nosso objetivo aqui será discorrer sobre a temática do canto coral e regência em contexto local, contudo, não nos aprofundaremos apenas na

perspectiva histórica, ou seja, abordaremos momentos que consideramos fundamentais para o desenvolvimento das práticas de música coral ao longo da história musical cearense.

A música dita Cearense tem suas origens na Cultura dos aboios²⁸, nos cantos dos violeiros, e nos reisados, gerando a partir disto características idiomáticas oriundas do contexto sertanejo local, possibilitando desta forma um particular embelezamento musical. De acordo com Caié (2013), a música cearense influenciou diretamente o desenvolvimento da música popular brasileira a partir do gênero musical Modinha. Segundo este autor,

[...] A música popular cearense influenciou muito a música popular brasileira, seja no uso do piano, ou no uso do violão, a partir do gênero modinha que na verdade é um gênero protoformador da música popular, junto com o lundu. A modinha vem do branco gênero europeu, e o lundu vem do gênero africano, e essas duas matrizes revelaram, o que vem a ser a música popular brasileira (POVO, CAIÉ, 2013 in PARENTE, 2015, p. 23).

No que tange à formação em música no Ceará, não se tem notícias de práticas de ensino formalizado desta arte até o século XX. Almeida (2010) afirma que neste Estado a formação musical, ficou por bastante tempo sendo oferecida apenas através das Bandas de Músicas pertencentes a cada município, e sendo estas mantidas pelos empreendimentos organizados pelas esferas Federal e Estadual, visto não haverem ainda nesta época, outras opções formais de ensino.

Observamos desta forma, e em concordância com este autor que as bandas de música municipais possuíam vital importância para o desenvolvimento artístico e musical no Estado do Ceará:

Além de seu papel de levar a cultura musical às camadas mais populares, as bandas assumiram, ao longo do tempo, a função e responsabilidade educativo-musical junto à uma grande parte dos jovens que dificilmente teriam acesso a escolas formais de música. (ALMEIDA, 2010, p. 20)

Dentre os vários compositores, músicos, interpretes e pesquisadores da música cearense, citamos a célebre figura de Alberto Nepomuceno²⁹, nascido em Fortaleza foi o primeiro cearense a explorar o nacionalismo na música. Citamos

²⁸ Canto melódico do vaqueiro

²⁹ Autor do Hino do Estado do Ceará

ainda o Maestro Henrique Jorge Ferreira Lopes criador, no início da década de 1920, da primeira escola de música na cidade de Fortaleza.

A partir da atuação destes renomados músicos percebemos que, nesta época, desenvolvia-se no Estado do Ceará perspectivas de desenvolvimento musical genuinamente cearense, gerando desta forma o surgimento de entidades formais de ensino de música.

O ideário de desenvolver a arte musical no Ceará originou a escola de Música Alberto Nepomuceno, que veio a abrigar, na década de 1950, o primeiro curso superior de música das regiões Norte e Nordeste, com o apoio da Universidade Federal do Ceará (SCHRADER, 2002 In PARENTE, 2015, p. 24).

Nos anos de 1950, é fundado na cidade de Fortaleza o Conservatório de Música Alberto Nepomuceno, sendo a partir de então considerado como “polo irradiador” de formação em música para este Estado. Parente (2015) descreve a importância deste local.

No final da década de 1950, o Conservatório de Música Alberto Nepomuceno figura como centro irradiador da música formal da cidade de Fortaleza, produzindo um campo ligado à tradição erudita. Francis Vale (2006, *apud* Rogério, 2008) afirma que “nos anos JK – período referente à metade da década de 50 – foi nesse período em que diversos setores da cultura e das artes brasileiras adquiriram um maior desenvolvimento, é um momento de grande euforia nacional onde a autoestima do país estava em alta” (PARENTE, 2015, p. 27).

Neste mesmo período, é notada em Fortaleza a presença do músico e Professor Orlando Leite, que recém-chegado do Rio de Janeiro e com um método de trabalho embasado nos moldes do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, passa à atuar no contexto local a partir da prática coral. Notamos assim, que a partir desta atuação o cenário de canto coral na cidade de Fortaleza passa a vivenciar fortemente as influências do projeto Orfeônico desenvolvido por Heitor Villa-Lobos, vislumbrando-se também a criação de um curso para formação de docentes na área de música.

Ao assumir em 1956 a direção do Conservatório Alberto Nepomuceno, Orlando Leite articula uma série de mudanças curriculares nesta instituição, e dentre estas, a transformação do Conservatório em escola de 1º e 2º graus, articulando-se desta forma um meio de preparação de candidatos que atuariam em um futuro curso

de nível superior. De acordo com Schrader (2002),

Em 1956, Orlando Leite passa a dirigir o Conservatório de Música Alberto Nepomuceno. Esse evento torna-se, pois, um marco no contexto da criação de um curso de educação superior em música, pois a partir de então inicia-se uma série de mudanças na estrutura curricular da instituição. Uma iniciativa importante foi a conversão do Conservatório em escola de 1º e 2º graus em música. Essa ação voltava-se à preparação de candidatos para um futuro curso superior de música. A luta encabeçada por Orlando Leite envolvia um profundo trabalho de preparação não apenas com alunos, como também com os professores que deveriam aperfeiçoar seus currículos para compor um corpo docente desse possível curso (SCHRADER, 2002 in PARENTE, 2015, p.27).

Nesta mesma época (1950) foi instituída em Fortaleza a Universidade Federal do Ceará³⁰, que teve como primeiro Reitor o professor Antônio Martins Filho. A partir de suas articulações políticas, Orlando Leite buscou com este Reitor a articulação necessária à efetivação de um curso superior na área de música no seio desta Universidade.

A partir desta parceria, foi decretado em 1967 no Diário Oficial da União (D.O.U.) o Decreto nº 60.103/67, concedendo o reconhecimento de cursos superiores em instrumento (Violino e Piano), Canto, autoriza também o funcionamento de um curso de formação de professores de Educação Musical. Apesar deste esforço, no ano seguinte (1968) o Reitor Martins Filho foi afastado do cargo, o que proporcionou desta forma uma descontinuidade das ações administrativas até ali elencadas. Schrader (2002) aponta que a nova gestão não compartilhava dos mesmos anseios no que diz respeito às perspectivas de formação na área de música neste local, pondo fim ao que esperava Orlando Leite.

Tal realidade pautou as tomadas de decisão que se seguiram, dando vazão a deliberações explícitas que evidenciaram o caráter opositor da nova administração acadêmica às atividades musicais na universidade. As divergências internas e as disputas de poder acabaram provocando a destituição de Orlando Leite do cargo de diretor do Conservatório e do Curso Superior de Música (SCHRADER, 2002 in PARENTE, 2015, p. 28).

Na década de 1970 o Ministério da Educação (MEC) lançou através do Conselho Federal de Educação a Lei nº 9.753/73³¹, autorizando o poder Executivo a

³⁰ Lei Federal nº 2.373/54 disponível:

http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%202.312-1954?OpenDocument acesso em 07/03/18 as 07h e 20 min.

³¹ <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd008640.pdf> . acesso em 07/03/18 às 07h

instituir a Fundação Educacional do Estado do Ceará (FUNEDUCE). A partir da resolução nº 2 de 05 de maio de 1975, o Conselho diretor desta Fundação cria a Universidade Estadual do Ceará (UECE)³², tendo sua instalação concretizada apenas em 1977 e buscando atender à nível formativo, as profissões consideradas de vital importância para o desenvolvimento do Estado naquela época.

Neste momento inicial a UECE pôde oferecer a formação Superior nas seguintes áreas: Enfermagem; Nutrição; Medicina Veterinária; Matemática; Física; Química; Ciências Pura; Geografia; Ciências da Computação; Administração; Ciências Contábeis; Serviço Social; Pedagogia; Letras; Filosofia; História; Música; Instrumento-Piano e Estudos Sociais (PARENTE, 2015, p. 28).

Vemos desta forma surgir a formalização do Curso de Nível Superior em Música do Estado do Ceará. Citamos aqui o desenvolvimento destas duas Universidades por representarem fundamental importância no que diz respeito ao ensino/aprendizagem de música neste Estado.

Dentre os artistas e professores desta “geração”, citamos a professora Izaíra Silvino que no ano de 1984 assumiu a coordenação da Casa de Cultura artística da Universidade Federal – UFC, o que proporcionou de acordo com Matos (2008) a existência de alguns cursos na área de educação musical neste ambiente Universitário. Parente (2015) aborda este fato a partir do comentário do professor Elvis Matos.

“Em 1985, antes de iniciar o curso de licenciatura em música na UECE, meti-me num curso de introdução à regência que a Casa de Cultura Artística da UFC promoveu naquele ano”. O coral da UFC já existia nessa época e contou com a colaboração de alguns professores como Leilah Carvalho Costa, Ana Maria Militão Porto e Izaíra Silvino Moraes (MATOS, 2008 *et al* PARENTE, 2015, p. 29).

A citada professora almejou ainda, criar neste ambiente o projeto de uma ópera escola, o que fez surgir em 1985 a Ópera Nordestina, idealizada pelo sopranista³³ cearense Paulo Abel do Nascimento. De acordo com Parente (2015), este músico havia viajado para a Europa, e a esta época retornara ao Ceará após sete anos de trabalho e estudo e neste momento, aspirou contribuir com a cultura musical local.

Outra figura também importante para o desenvolvimento das práticas de

³² Decreto nº 11.233 de 10/05/75

³³ Indivíduo castrado que tem voz de soprano

ensino de música em contexto cearense foi o professor Elvis de Azevedo Matos, que tendo ingressado na Universidade Federal do Ceará em 1994, articulou a partir do ano seguinte a criação de um Curso de Extensão em Música por esta Universidade. Tal Curso desenvolveu-se e gerou as bases para que no ano de 2005 houvesse o surgimento do primeiro Curso Superior de Educação Musical deste local e o segundo do Estado do Ceará.

A partir destas considerações, observamos como se deu o desenvolvimento em contexto cearense da arte musical e principalmente de suas práticas voltadas ao canto neste Estado. Abordaremos no próximo tópico uma das novas formas de experiência musical voltado ao Ensino Médio no Ceará com perspectiva de formação profissionalizante.

4.4 Curso Técnico Integrado em Regência

Iniciamos este tópico a partir da análise do documento Plano de Curso (CEARÁ, 2011) da formação técnica na área de Regência. Este documento teve sua edição (criação) no ano de 2011, ano da introdução desta formação técnica no contexto das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará, através da implantação deste curso na cidade de Crato.

De acordo com este documento, o Curso Técnico Integrado em Regência é uma das áreas de formação profissional pertencente às Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP no Estado do Ceará, e obedece aos parâmetros e orientações do Ministério da Educação (MEC) e da Diretoria de Regulação e Supervisão da Educação Profissional e Tecnológica, encontradas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de junho de 2008³⁴, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 10 de Julho de 2008.

Este catálogo orienta quanto à criação de formações técnicas de nível médio, assim também como destaca novos nichos tecnológicos e culturais em todo o território nacional, traçando as diretrizes a serem observadas na criação e regulação das áreas de formação de forma contextualizada, pertencente a cada curso, de forma que o Governo Federal, a partir do Ministério da Educação e Cultura (MEC), possa disciplinar as áreas de formação técnica no Brasil.

³⁴ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/catalogo_tecnicos.pdf. Acesso em 21/12/16 as 9h00

Este documento dispõe de uma lista de 185 possibilidades formativas, com vistas a articulação entre educação científica e educação profissional, por meio do ensino médio integrado ou do PROEJA (Programa de Educação de Jovens e Adultos), seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas pelo Conselho Nacional de Educação preparando o público-alvo para o mundo do trabalho (BRASIL, 2008).

O catálogo está dividido em eixos tecnológicos que orientam quanto ao atendimento, organização metodológica, infraestrutura e subdividem as áreas de formação onde está situado cada curso. Como exemplo de tais eixos, destacamos os seguintes: Apoio Educacional; Ambiente, Saúde e Segurança; Gestão e Negócios, dentre outros.

O Eixo Tecnológico Produção cultural e design, contempla as tecnologias voltadas a área de linguagens e códigos e abrange atividades criativas, e de produção, edição, difusão, conservação e gerenciamento de bens culturais e materiais e segundo o documento “podendo configurar-se em multimeios, objetos artísticos, rádio, televisão, cinema, teatro, ateliês, editoras, vídeo, fotografia, publicidade e nos projetos de produtos industriais”.

Ao todo, são 26 cursos regulados por tal eixo. Na tabela abaixo encontra-se discriminada a lista completa de cursos deste eixo.

Tabela 2 - Cursos do eixo produção cultural e design

CURSOS DO EIXO TECNOLÓGICO PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN
1. Técnico em Arte Circense
2. Técnico em Arte Dramática
3. Técnico em Artes Visuais
4. Técnico em Artesanato
5. Técnico em Canto
6. Técnico em Composição e Arranjo
7. Técnico em Comunicação Visual
8. Técnico em Conservação e Restauro
9. Técnico em Dança
10. Técnico em Design de Calçados
11. Técnico em Design de Embalagens
12. Técnico em Design de Interiores
13. Técnico em Design de Jóias
14. Técnico em Design de Móveis
15. Técnico em Documentação Musical
16. Técnico em Fabricação de Instrumentos Musicais

17. Técnico em Instrumento Musical
18. Técnico em Modelagem do Vestuário
19. Técnico em Multimídia Produção Cultural e Design
20. Técnico em Paisagismo
21. Técnico em Processos Fotográficos
22. Técnico em Produção de Áudio e Vídeo
23. Técnico em Produção de Moda
24. Técnico em Publicidade
25. Técnico em Rádio e Televisão
26. Técnico em Regência

Fonte: Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Na área de música, aborda a formação profissional nas seguintes modalidades: Técnico em Canto; Técnico em Composição e arranjo; Técnico em Instrumento Musical; Técnico em Documentação musical; e Técnico em Regência, que é a formação sobre a qual nos debruçamos. Neste catálogo encontra-se uma descrição detalhada sobre cada curso, dispendo sobre as possibilidades temáticas a serem trabalhadas na formação, possibilidades de atuação, e também versa a respeito da infraestrutura adequada para o sucesso nesta formação.

Recomenda-se que, na infraestrutura constem: Biblioteca com acervo específico e atualizado, espaços adequados para estudos individuais e coletivos, ensaios e apresentações, instrumentos musicais, e também, laboratório de informática com programas específicos.

O Curso de Regência possui 800 horas de trabalho formativo, somadas à 400 horas de Estágio Curricular ficando desta forma com carga horaria de 1.200 horas/aula sendo ali trabalhados: técnicas de regência musical, vivências de percepção musical (ritmo, melodia, harmonia, textura, forma), Composição de arranjos musicais para formações vocais e instrumentais. No Estado do Ceará, foi primeiramente implantada na cidade de Crato (2011) e em posterior, na cidade de Sobral (2014).

De acordo com o Plano de Curso (CEARÁ 2011) esta formação é uma ideia pioneira de implantação de um curso profissionalizante de nível médio para formação básica de jovens músicos, regentes, preparados para exercer lideranças competentemente artísticas vislumbrando desta forma a reconhecida diversidade cultural cearense. Tal formação surge como meio de proporcionar o atendimento ao recurso legal, buscando para tanto, prover a preparação de profissional em nível médio que possam preencher as carências relativas à profissional com formação

adequada para o trabalho com educação musical.

A região cearense é reconhecida por sua rica diversidade cultural, com destaque para a música; todavia, mostra-se ainda muito tímida a formação musical sistematizada, em todos os âmbitos, principalmente, o formal e acadêmico. Contudo, tem-se conhecimento da existência de meios e certos espaços que, em suas atividades cotidianas praticam uma educação musical de maneira não formal. O ensino não formal de música e uma maneira de transmitir o conhecimento musical empiricamente, tem seu valor e baseia-se no reconhecimento popular e tradicional da comunidade local (CEARÁ, 2011, p.7).

Esta formação ocorre em concomitância com o Ensino Médio dos estudantes pertencentes as Escolas Profissionalizantes, sendo impossível que qualquer estudante possa deixar esta instituição com apenas uma das modalidades formativas, ou seja, cada estudante cursa o ensino médio e também a formação técnica, tendo em seu certificado de conclusão, todo o currículo estudado nesta instituição.

Para o ingresso do aluno nesta formação, não existe seleção prévia para a verificação de habilidades, bastando apenas ao candidato possuir nota gerada a partir da média aritmética deste durante o Ensino Fundamental para o ingresso nas EEEP, e assim puder optar pelo curso. Observe-se aqui que os estudantes que adentram esta formação em geral, não possuem domínios técnico-musicais, portanto sabe-se que não haverá no decorrer da formação a preparação de grandes regentes, e sim de profissionais técnicos que possuem domínio geral sobre a área de Música/Regência.

Observamos desta forma que este curso tem por finalidade a formação do artista-músico regente de corais, grupos musicais e/ou bandas, habilitado a manejar instrumento musical, e o uso da voz cantada, possibilitando assim uma atuação nos espaços de comunicação, escolas (monitores) e também estarem aptos a criação e desenvolvimento da arte musical naquela localidade. Dentre as características formativas desta modalidade técnica, o Plano de Curso (CEARÁ, 2011, p. 2) aponta que:

Para além destas exigências, o estudante devera apresentar, ao final do curso, um estudo e ou um Trabalho Performático, que poderá garantir a formação daquele olhar tão necessária ao artista musico: o olhar do garimpeiro que busca em seu entorno a leitura e o entendimento, a compreensão e o reconhecimento das ânsias, criações feito obras e ações estéticas do cidadão habitante de um lugar (CEARÁ, 2011, p. 2).

Observa-se desta forma que o documento prevê momentos de apresentação pública, e também a construção de estudo³⁵, objetivando a construção do ato reflexivo sobre a prática musical. No que tange ao campo de atuação, este profissional de nível médio pode atuar como interprete de obras musicais (cantor ou instrumentista), como compositor ou arranjador, como regente (líder) de grupos ou instituições, e principalmente atuar como empreendedor de seu fazer artístico³⁶. Estes profissionais poderão ainda atuar em contexto educacional, a partir da formação de grupos musicais no ambiente escolar.

Na escola, poderá ter atuação relevante nas atividades musicais extensivas as classes de Musica das escolas de ensino fundamental no cumprimento das determinações da Lei 11769/08, que prevê e define a obrigatoriedade do ensino da Musica (CEARÁ, 2011, p. 2).

Tal esclarecimento é essencial para o entendimento das possibilidades de atuação dos profissionais gerados a partir desta formação técnica de nível médio. No decorrer dos três anos, os estudantes recebem formação nas áreas de percepção musical e solfejo, canto coletivo, ética profissional, prática em flauta doce e prática em instrumento harmônico sendo este de escolha do aluno. Consta na matriz curricular do curso³⁷ que, no ultimo semestre letivo de formação os estudantes devem cursar a disciplina de Estágio curricular obrigatório, período onde cada estudante desenvolverá os conteúdos adquiridos no decorrer da formação.

É no estágio que o estudante irá compartilhar transmitir e dividir todo conhecimento adquirido em prol dos alunos da instituição escolhida, podendo estas ser escolas, particulares ou públicas, de Ensino Infantil ou Fundamental I, creches, ONGs como, por exemplo, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) que visam o ensino musical para pessoas com necessidades especiais, ou instituições voltadas exclusivamente para o ensino da música.

Deve-se aqui também ser observado que esta formação prepara os estudantes e os incentiva a progressão dos estudos, e em especial na área de música, sendo também um diferencial para a universidade o acolhimento destes estudantes egressos de tal formação, gerando para a mesma um crescimento acelerando no desenvolvimento das práticas educativo-musicais.

³⁵ Trabalho de conclusão ou Relatório Final

³⁶ Noções de produção cultural

³⁷ Vide anexos

No ano de 2016, a Secretaria de Educação (SEDUC) fez uma atualização do Plano de Curso da formação, haja vista que a primeira versão deste contemplava apenas a cidade de Crato. Neste documento encontram-se a atualização da atuação dos estudantes nas duas unidades de formação (Crato e Sobral).

O Curso dará ensejo ao estudo e contato com elementos da cultura artístico musical– especialmente com as instituições musicais já existentes (como a Sociedade Lírica do Belmonte no Cariri na cidade do Crato, com quarenta e oito anos de existência e bons serviços educacionais musicais para a Região, que já tem parceria com a SEDUC; os SESC e SENAI Regionais; as SECULTs Municipais), e na cidade de Sobral a Escola de musica (colocar nome) que poderão possibilitar níveis de excelência ao Estágio curricular do Curso (CEARÁ, 2016, p.10).

Pontuamos ainda uma observação importante no que se refere à atuação destes profissionais no Mundo do Trabalho, a partir de novos espaços surgidos na atualidade.

A abertura e a existência de espaços de trabalho no mundo moderno, para o artista músico, dependerão muito mais de seus conhecimentos e capacidade de leitura desse mundo, de que, só e exclusivamente, de suas especialidades e competências artísticas. E como a musica, hoje, ocupa um importante lugar na economia da indústria cultural, quer como objeto a ser consumido, quer como entretenimento, torna a profissão de músico um campo aberto para os jovens e uma importantíssima fonte de renda e rendimento. Assim, o Músico, hoje, necessita ser competente musicalmente e aprender a descobrir-se grande empreendedor e empresário de si mesmo ou de sua obra (CEARÁ, 2016, p.10).

Observamos a partir de tais esclarecimentos que se busca através desta formação a inclusão de jovens profissionais críticos no mercado cultural atual, um profissional que seja consciente de sua atuação. Cabe aqui, porém uma indagação a respeito da faixa etária deste profissional: será que um jovem terá aos 18 anos a maturidade necessária a tomada de decisões almejadas por tal mercado?

Provavelmente o jovem egresso não possua ainda as habilidades e experiências necessárias a construção de um grande negócio artístico, porém ele possuirá uma bagagem para sua reflexão. Trouxemos a indagação acima por percebermos que tal fator pode ser negativo aos olhos de gestores, refletindo assim na continuidade de projetos com esta perspectiva. Prosseguimos nossa análise observando agora o perfil deste estudante.

4.4.1 Perfil profissional

Por tratar-se de formação humana e profissional para jovens através do ensino público de forma integrada ao ensino médio, cada curso integrante das Escolas Estaduais de Ensino Profissional – EEEP deve apresentar um perfil profissional do estudante egresso naquela formação.

Para o curso de Regência, o Plano de Curso (CEARÁ, 2011, p. 4) apresenta perfil profissional descrito abaixo. Segundo este documento o estudante formado deve:

- ✓ Estar comprometido com o fazer musical de seu lugar de trabalho;
- ✓ Estar comprometido com a ética da inclusão, da democracia, da solidariedade e da defesa intransigente da vida (em todas as suas dimensões, espécies e gêneros);
- ✓ Exercer sua profissão de forma criativa, crítica, esteticamente humana;
- ✓ Ter compreensão do contexto socioeconômico e político em constante transformação;
- ✓ Entender a dinâmica do mercado musical e da indústria cultural nos quais estará inserido, estabelecendo conectividade com a cadeia produtiva deste mercado e desta indústria cultural.

Percebemos assim que, existem metas para cada área de formação, sendo dever de cada curso apresentar à sociedade um perfil inovador de profissional a ser inserido no mercado de trabalho e também no universo acadêmico, gerando assim jovens com reais possibilidades e protagonistas de sua área para a realidade da sociedade atual.

4.4.2 Disciplinas

Em geral, as disciplinas da base técnica de todos os cursos são iniciadas apenas no segundo semestre do primeiro ano, como exceção a esta regra está o Curso de Regência que inicia suas disciplinas durante o primeiro semestre letivo. Uma das razões para que isto aconteça está na organização deste curso que possui suas disciplinas articuladas de forma modular, com desenvolvimento progressivo a

cada semestre. Outra razão está também na necessidade de que os estudantes possam envolver-se pelo maior tempo possível com as praticas artísticas.

A disciplina de Introdução ao Curso Técnico e Ética Profissional, consta apenas no primeiro semestre letivo, e versa sobre temáticas de trabalho ético em música na sociedade pós-moderna, com vistas a prover a criticidade nos estudantes, que serão em breve Profissionais da área, já a disciplina de História da Música ocorre no segundo semestre e busca abordar, em linhas gerais, a música ocidental (em seus principais períodos), e também é enfatizado a música brasileira em seus aspectos principais e diversidades rítmicas.

Regência Canto coletivo e Técnica vocal é a disciplina onde são trabalhadas as temáticas relativas as práticas de canto. Tem por principal objetivo desenvolver o canto coletivo, habilitando cada estudante a desenvolver uma escuta em blocos, onde também é importante ouvir a voz do seu naipe. Esta disciplina está dividida em cinco semestres e abrange todos os semestres deste curso, sendo desenvolvida em módulos do I ao V.

Os temas teoria musical, apreciação, escrita, práticas rítmicas e solfejo, são todos tratados na disciplina de Percepção Teoria e Solfejo. Esta disciplina, assim como a disciplina anterior, abrange todos os semestres, e tem o caráter de ser considerada a disciplina mais difícil do curso pelos alunos.

Preparando os estudantes para o período do estágio, existe na matriz curricular a disciplina de Didática da Música que ocorre apenas no primeiro semestre do terceiro ano. Nesta disciplina são trabalhadas as principais abordagens de ensino de música assim também como oficinas práticas que desenvolverá nos estudantes a criatividade para o desenvolvimento das atividades práticas.

A prática de flauta doce é utilizada no contexto formativo do curso como instrumento facilitador de leitura e afinação, a serem desenvolvidos em cada estudante. Esta disciplina acompanha os discentes até o ultimo semestre de formação educacional técnica.

Para que haja o desenvolvimento das práticas instrumentais, existe a disciplina de Laboratório de práticas coletiva, provendo ali o contato com a aprendizagem de um instrumento harmônico de sua escolha, leia-se aqui, violão ou teclado. A partir do segundo semestre letivo do primeiro ano do Ensino Médio, é feita uma lista para que cada aluno possa inscrever-se no instrumento de sua preferência, instrumento este que o acompanhará nos semestres da disciplina e no decorrer do

estágio.

Nesta disciplina, a maior procura dos estudantes é pelo instrumento violão, sendo os mais diversos possíveis os motivos como, por exemplo: alguns estudantes já possuem o instrumento, ou mesmo tenham acesso a partir da família; gosto pessoal, ou mesmo a indisponibilidade de teclados para o desenvolvimento das práticas nos dois polos de formação.

Esta disciplina está organizada em quatro semestres, e tem por finalidade habilitar os discentes ao manejo do instrumento, sendo aqui trabalhado com ênfase no acompanhamento instrumental, para que estes estejam apropriados das técnicas para um bom desenvolvimento musical no período do Estágio curricular.

Estas são as disciplinas constituintes do currículo formativo técnico-profissional Integrado em Regência na atualidade (2018). Após tal compreensão destas temáticas, prosseguiremos na pesquisa a partir da atuação desta formação na cidade de Sobral.

5 CURSO DE REGÊNCIA EM SOBRAL

Iniciamos este capítulo contextualizando o leitor a respeito do “cenário musical” desenvolvido na cidade que recebeu no ano de 2014 a nova unidade da formação técnica aqui pesquisada. Embora o foco de nossa pesquisa esteja sobre o Estágio em Regência, buscamos apresentar neste tópico a contextualização desta formação na cidade.

Sobral é uma cidade localizada na região Norte, interior do Ceará, distante 232 Km da capital cearense e apresenta-se como a quarta economia do Estado, ficando atrás apenas de Fortaleza, Maracanaú e Caucaia³⁸. Por esta importância a SEDUC percebeu que este local poderia ser um novo polo para sediar uma “filial” da formação técnica em Regência, haja vista que só havia este curso na cidade de Crato (2011), ambas como área de formação técnica profissionalizante pertencente às Escolas de Educação Profissional do Ceará.

Na cidade de Crato, este Curso apresenta-se (até 2017), muito bem aceito na realidade local e com resultados considerados muito bons para a área, visto que, tal polo pôde formar profissionais que atuam no mercado de trabalho, e teve sua primeira turma de Técnicos em Regência formada no ano de 2013, o que influenciou a decisão de abertura de um novo polo para tal formação.

5.1 Primeiros Compassos

De acordo com Matos Filho (2014); Araújo (2016) e Ferreira (2016), o município de Sobral possui uma estrutura virtuosa no que se refere ao ensino de música, possuindo em contexto local a Escola de música Maestro José Wilson Brasil (Escola de Música de Sobral), fundada em 1997, e um curso superior de Licenciatura em música pela Universidade Federal do Ceará (UFC), fundado no ano de 2011, e recentemente (2016) o município recebeu ainda, através do Instituto Federal (IFCE), a oferta de ensino musical através de cursos de extensão para alunos da instituição e comunidade.

Ao observar tal realidade, percebemos que cada instituição embora oferte

³⁸ [https://pt.wikipedia.org/wiki/Sobral_\(Cear%C3%A1\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Sobral_(Cear%C3%A1)) acesso em 02/01/18 as 15h

o ensino de música nesta cidade, atende a diferentes demandas. Na Escola de Música, são oferecidas 18 modalidades diferentes de práticas musicais (MATOS FILHO, 2014), que atendem principalmente a estudantes da rede municipal de ensino, ou seja, contemplam o Ensino Fundamental. Apesar de tal atuação, não há até presente momento (2017), política educacional que ofereça de forma regular o ensino de música na rede de educação.

Já o Curso de Licenciatura atende aos egressos do Ensino Médio conferindo-lhes o nível superior na área musical. Apesar de tal oferta, observamos que havia ainda uma lacuna na formação musical, ou seja, uma formação que envolvesse o Ensino Médio. Visualizamos aqui então, um campo para aplicação de um projeto que pudesse acolher (possibilitar) a formação musical nesta modalidade de Ensino.

No ano de 2014, a Secretaria de Educação do Estado (SEDUC) inaugurou na cidade de Sobral uma nova sede do Curso Técnico em Regência, sendo detectado por este órgão que esta cidade poderia acolher esta formação de nível médio técnico na área de música para atuação neste município. A partir da inserção desta formação neste município estar-se-ia concluindo um elo educacional inovador no cenário musical cearense, contemplando todos os níveis da educação básica (Infantil, Fundamental e Médio) e ainda o nível superior.

A Escola escolhida para acolher esta formação técnica foi a EEEP Professora Lysia Pimentel Gomes Sampaio Sales (FIGURA 01), situada no bairro COHAB, no município de Sobral, que foi inaugurada no dia 21 de maio de 2012, e no ano de 2014 (ano de implantação do curso), contava com quatro cursos Técnicos nas áreas de: Logística; Fabricação Mecânica; Manutenção automotiva e Paisagismo.

Figura 1 - Fachada da EEEP Lysia Pimentel Sales



Fonte: blog lysiapimentel

Para que houvesse a oferta do Curso Técnico em Regência, a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) decidiu encerrar a oferta do Curso Técnico em Paisagismo, sendo detectado pela gestão escolar e a Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação 6 (CREDE 6), que neste município não haveria “campo de trabalho” para absorver estes profissionais técnicos ali formados nesta área.

Nesta formação técnica as disciplinas são iniciadas no primeiro semestre letivo, diferenciando-se das demais formações técnicas. No ano de 2014, o período letivo iniciou em 20 de janeiro, sendo, porém que havia a carência do professor técnico coordenador da formação aqui discutida. Por não haverem candidatos no banco de professores Técnicos do Estado, o CENTEC, em nome da SEDUC, organizou neste mesmo ano, um PSS (processo de seleção simplificado) com o objetivo de selecionar o professor e Coordenador do Curso de Regência nesta cidade.

Esta seleção aconteceu em fevereiro deste ano (2014) e buscava encontrar um profissional que pudesse orientar as formações técnicas junto aos estudantes em um currículo integrado que trata de questões referentes ao mundo acadêmico e trabalho com música. Fui aprovado e cheguei a escola no final do mês de março, dando início as aulas da área técnica no dia 02/04/14.

Por estar imerso no seio da escola profissional, surgem-nos alguns questionamentos a respeito do que tratava tal formação. Citamos aqui alguns deles: qual seria o campo de atuação dos estudantes? Onde deveriam estagiar? Como seria a aceitação dos egressos no contexto trabalhista local? Deveriam estar neste Curso apenas os que teriam o “dom” da música?

Para tentar elucidar tais questionamentos buscamos junto à escola e a SEDUC o acesso ao Plano de Curso, assim também como iniciamos o contato com os professores da referida formação atuantes na cidade de Crato, para que pudessemos caminhar alinhados no que se almejava para o Curso de Regência das duas instituições.

Outra estratégia também aqui utilizada foi o convite ao Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal do Ceará nesta cidade com objetivo de “somar forças” e proporcionar desta forma o desenvolvimento do público estudantil em questão. Foram realizadas algumas oficinas para que este público pudesse fazer experiências musicais através de cânones e da utilização de

percussão corporal.

Ressalte-se aqui também que as atividades formativas se deram início, porém não havia na referida instituição nenhum tipo de instrumento musical, sendo utilizados apenas os trazidos pelo professor. Tal demanda foi solicitada à SEDUC, que iniciou os processos licitatórios, porém, esta realidade veio a concretizar-se apenas em 2017.

As primeiras experiências buscavam sondar, de forma geral, os 45 estudantes ali matriculados para cursarem esta formação a respeito de seu conhecimento sobre música, haja vista não haver teste de seleção musical para o público em questão. Inicialmente desenvolvemos atividades de integração coletiva e prática musical. Em um destes momentos foi solicitado que cada estudante executasse uma canção de sua preferência, para verificação do repertório musical individual destes estudantes, servindo também de pré-audição vocal para verificação da “afinação” deste grupo.

Ao longo do semestre, as relações de entrosamento entre estudantes e música foram sendo construídas através de inúmeras práticas de canto (neste momento em uníssono), improvisação e Flauta Doce. Iniciamos com cânones³⁹, e ao encerrar o segundo semestre, estes estudantes estavam cantando a duas e três vozes. Buscamos desenvolver neste primeiro ano um maior domínio da afinação e da leitura inicial de partitura. Estas experiências culminaram em inúmeras apresentações em diferentes lugares da cidade, como o Centro de Convenções de Sobral e na Universidade Vale do Acaraú. Tais atividades serviram também como a única propaganda de divulgação deste curso na cidade.

No ano seguinte (2015), recebemos a segunda turma de discentes e assim, a partir deste semestre iniciamos as atividades formativas das duas turmas de técnicos em Regência. Em sua maioria, os estudantes já haviam ouvido falar da existência do curso ou o assistiram através das apresentações que foram realizadas no ano anterior, porém, segundo a gestão da escola, apenas 15 alunos dos 45 integrantes vieram para matricular-se realmente na área musical, por apontarem que tinham o interesse ou a curiosidade de cursar formação nesta área, e os demais gostariam apenas da oportunidade de estudar na instituição.

³⁹ Tipo de composição polifônica em que uma melodia é contrapontada a si mesma.

Observamos a partir das aulas que nesta segunda turma, havia um maior interesse e participação nas atividades propostas. Este fato propiciou que o desenvolvimento das práticas musicais (em especial as atividades de canto), ocorresse de forma mais acelerada, permitindo até mesmo que as duas turmas pudessem apresentar-se juntas em evento no Teatro Municipal de Sobral⁴⁰ em 2016.

Deve ser pontuado também que apesar de haver nesta época a formação destas duas turmas, só haviam na escola (e em todo o decorrer do curso) dois professores⁴¹ que atuavam ao mesmo tempo em cada sala, articulando-se na formação destes estudantes. Buscamos desenvolver nas duas turmas um ambiente de saudável convivência e parceria mútua, valores para além da capacitação em música. Seguiremos agora aprofundando algumas temáticas desta formação, como é o caso do aprendizado de instrumentos discutido a seguir.

5.2 Aprendizado de instrumentos no Curso de Regência

Observando o contexto da formação aqui proposta, identificamos que ela possui como ponto mais forte de seu trabalho as dinâmicas de canto e formação de regência Coral, porém o domínio de um instrumento pode auxiliar neste contexto a compreensão do desenvolvimento harmônico na música, ou seja, este regente passar a dominar seu repertório a partir de uma visão vertical⁴² e também horizontal⁴³. A autora Fucci Amato (2007) acerva que, no caso da prática coral e formação profissional dos que exercem estas práticas, a habilidade musical não é o único requisito para a formação de um bom regente, sendo necessário um conjunto de habilidades que incluem, dentre outras coisas: a liderança, o talento musical e aptidão física.

Concordamos com a visão exposta pela referida autora e pontuamos a importância do aprendizado de instrumentos musicais, que integram nesta visão a questão das habilidades musicais. A partir das observações em sala, consideramos que este aprendizado é fator de motivação para os estudantes, e tem como função, possibilitar a este estudante o manejo de instrumento que auxilie sua prática profissional.

⁴⁰ Teatro São João

⁴¹ Coordenador e Assistente

⁴² Melodia

⁴³ Harmonia - acordes

De acordo com Plano de Curso (CEARÁ, 2011; 2016), o aprendizado de instrumentos musicais, visa o domínio das práticas musicais, propondo aos estudantes que possam manejar um instrumento que lhe sirva de apoio, principalmente harmônico. É na disciplina Laboratório de Práticas Coletivas – LPC, que os estudantes construirão sua formação na área instrumental, ocorrendo esta a partir de aulas coletivas.

Nesta formação, o aprendizado coletivo de instrumentos musicais favorece a assimilação dos conteúdos e ao mesmo tempo, propõe uma maior integração entre os estudantes através do ato de compartilhar seu aprendizado. Trajano (2012) afirma que, o aprendizado coletivo (em especial para as crianças), torna qualquer atividade a ser ensinada bem mais interessante e divertida, por permitir que haja interação e compartilhamento de informações. A autora esclarece ainda que esta prática favorece também o “ganho de tempo” pedagógico. De acordo com ela,

Ressalta-se que o ensino coletivo possibilita ao aprendiz ganho de tempo e confiabilidade, como também, aprender a tocar com o grupo e para o grupo desde o início do seu aprendizado. A motivação, outro elemento importante, nasce da interação social gerada pelo grupo, o que torna o processo significativo para todos os envolvidos (ILARI, 2011 *apud* TRAJANO, 2012, p. 10).

Segundo o Plano do Curso (CEARÁ, 2011), esta disciplina servirá para propor experiências “práticas coletivas de criação musical e Reconhecimento da memória cultural regional (canções e histórias infantis) como fonte para releituras e produção de novas obras”. A metodologia visa favorecer “a interação entre o entorno cultural e as ações de observação e de criação realizadas pelos alunos servirão de base para o exercício compor”.

Por motivos diversos, e em especial a falta de aquisição de instrumentos, as práticas coletivas ocorrem em lugares que não são necessariamente o espaço físico da escola. Na cidade de Crato, elas ocorrem na Sociedade Lírica do Bel Monte. Já na realidade de Sobral, estas aulas acontecem na Escola de Música do Município, e frisamos, assim que, sem estas parcerias, seria impossível o desenvolvimento destas práticas.

Em Sobral, a CREDE 6⁴⁴ disponibilizou transporte para a realização

⁴⁴ Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação. Representação local da SEDUC.

destas atividades, a partir do segundo semestre de 2014, possibilitando desta forma a realização das disciplinas de LPC e Flauta Doce na Escola de Música de Sobral. Para a participação em tais atividades cada estudante pôde escolher entre violão ou teclado, sendo estes os instrumentos harmônicos trabalhados em quatro semestres. O foco principal destas aulas foi o trabalho rítmico e acompanhamento instrumental de repertório popular nacional e internacional, possibilitando desta forma que cada estudante pudesse, ao encerramento do curso, ser capaz, dentre outras potencialidades, acompanhar estilos musicais variados.

Para o correto atendimento didático dos referidos estudantes, a SEDUC, através do CENTEC contratou um professor Assistente EMI, profissional que atenderia os estudantes no instrumento Teclado, e auxiliasse o coordenador nas demais disciplinas do currículo do Curso. O profissional escolhido foi o professor Bruno Rafael Paiva, que veio compor o quadro docente neste Curso em Sobral.

Para a conclusão semestral das disciplinas práticas, foram organizadas apresentações no prédio da Escola de música, visando que cada estudante pudesse apresentar os conteúdos aprendidos no decorrer do semestre. Neste momento, poderia ser convidada a família, os professores da Escola de música e também a coordenação da EEEP Lysia Pimentel.

Concluimos esta sessão afirmando que a parceria com a Escola de Música de Sobral foi imprescindível para a existência deste curso na referida localidade, haja vista que, os instrumentos musicais pertencentes a esta formação foram solicitados em abril de 2014 e entregues apenas em janeiro de 2017, ano de encerramento da última turma deste curso na EEEP apresentada. Abordaremos no tópico a seguir as razões que envolveram a finalização das atividades de formação deste curso em Sobral.

5.3 O corte, momento de encerrar a apresentação

Cabe-nos neste tópico esclarecer o leitor a respeito dos motivos que possibilitaram o encerramento das atividades do Curso de Regência na cidade de Sobral. Apesar do potencial formativo deste Curso, de nosso esforço e de toda a colaboração dos entes já citados, no ano de 2015, recebemos da Secretaria de Educação do Estado (SEDUC) a notícia de que não mais seria ofertada aquela formação nesta cidade.

De forma anual, esta Secretaria faz uma sondagem com cada gestor escolar e suas referidas CREDES, para verificar quais as possibilidades do mercado de trabalho local, aceitabilidade de cada curso, empregabilidade, ou mesmo a disposição de profissionais docentes para o atendimento de cada formação técnica ofertado em cada EEEP. Desta forma, cada gestor escolar deve informar a este Órgão para que se possa solucionar quaisquer problemas, ou, traçar estratégias que viabilizem o andamento das modalidades técnicas ofertadas em cada localidade. A posição do gestor escolar é sempre levada em consideração para a tomada de decisões.

Neste ano (2015), a gestão escolar da EEEP citada enviou a SEDUC seu documento, apresentando uma série de pontos (a serem apresentados a seguir) que haviam sido levantados e desta forma, era apontado que esta Secretaria poderia finalizar esta formação na cidade de Sobral, e ofertar outra formação em seu lugar. Foram feitas para tanto, algumas ressalvas: deveria ser viável ao Estado e não precisar de Laboratório técnico para seu funcionamento; ser atrativa a comunidade local; e haver profissionais disponíveis na área.

Entre os meses de agosto ou setembro de 2015, em uma das Reuniões de Alinhamento⁴⁵, a gestão da escola trouxe os resultados de algumas mudanças direcionadas pela SEDUC para o ano seguinte (2016). Dentre as modificações traçadas para o ano seguinte, estava a determinação de que o Curso Técnico em Regência não mais receberia matrículas, e formaria apenas as duas turmas já iniciadas, sendo oferecido em seu lugar o Curso Técnico em Administração.

Buscamos junto a gestão entender os reais motivos de uma decisão deste porte. Foi nos explicado que na Sondagem anual explanada acima, havia sido detectado pela gestão da EEEP uma “série” de pontos que a fizeram propor mudanças junto ao Órgão. Segue lista de pontos:

1. A baixa procura pelo Curso por parte da comunidade;
2. A falta de entendimento das propostas do Curso por parte das famílias;
3. Os estudantes em sua maioria apresentavam baixo rendimento nas disciplinas comuns e aqueles que não se encantavam com a proposta do curso, acabavam por deixar a instituição;

⁴⁵ Nomenclatura utilizada para definir a reunião mensal da gestão com todos os professores.

4. Dificuldades para a aquisição de Concedentes⁴⁶ para o Estágio Curricular;
5. O aluno egresso não teria ainda um “campo” de trabalho firmado para já ingressar no mundo do trabalho após a conclusão efetiva do Curso;
6. O encerramento do Programa Mais Educação⁴⁷ no Município;
7. O citado Curso não encontraria “lugar” no mercado de trabalho no Município, devido a não adesão a Lei 11.769/2008, lei que versa sobre a obrigatoriedade do ensino de música por parte dos estabelecimentos educacionais que poderiam receber os referidos estudantes, e/ou egressos.

Estes foram os motivos apresentados pela gestão escolar a respeito de tal decisão. Tais pontos nos fazem perceber o olhar da gestão a respeito da importância do acesso a cultura por parte dos estudantes. Como explanado acima, nosso foco de pesquisa está sobre o Estágio Curricular em Regência, porém, percebemos que é necessário expor ao leitor que esta formação finalizou nesta cidade.

Um dos principais pontos apresentados acima versa sobre a não adesão por parte do Município da Lei 11.769/08, que trata da obrigatoriedade do ensino de música na educação. Tal recurso legal já deveria ter sido implantado em todo o território nacional, fazendo com que o ensino de música tivesse um alcance mais expressivo, porém, tal fato depende de políticas públicas que orientem, e forneçam subsídios para sua realização.

O que deve ser observado, porém, é que já existem propostas educacionais em música trabalhadas em redes municipais de ensino no Estado do Ceará, como é o caso da cidade de Caucaia⁴⁸, apontando assim que tal fato é perfeitamente capaz de ocorrer se houver empenho por parte das autoridades políticas responsáveis.

5.4 O estágio curricular obrigatório em Regência

Iniciamos este tópico apresentando o conceito de Estágio mediante as políticas que regem as Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP e em

⁴⁶ Nomenclatura dada a instituição que acolhe os estudantes durante o Estágio

⁴⁷ portal.mec.gov.br/documentes/passopasso_maiseducacao.pdf acesso em 15/12/17 às 10h

⁴⁸ Possui o Ensino de Música em sua rede de ensino

conformidade com a Lei Federal 11.788/08⁴⁹. O Estágio Curricular é uma disciplina integrante da formação dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, cujo, cada estudante deverá cumpri-lo para sua devida diplomação. De acordo com esta Lei:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008, p. 1).

Segundo o Plano de Curso (CEARÁ, 2016, p. 24) esta disciplina será realizada nos “dois últimos semestres do curso, podendo ser antecipado sempre que a relação com os arranjos produtivos inerentes ao curso assim o exigir”, entretanto, explanamos aqui que o período de dois semestres é uma exclusividade do Curso Técnico na área de Enfermagem. Nas demais formações, esta disciplina ocorre apenas no último semestre, como é o caso específico de que tratamos nesta pesquisa.

Quanto à atuação na referida concedente, o Estágio não gera vínculo empregatício de natureza alguma, e cada estagiário deve cumprir a carga horária diária máxima de seis horas, ou seja, uma atuação de até trinta horas semanais. Quanto à carga horária de atuação dos estagiários, a SEDUC por meio do documento intitulado Manual do Itinerário Formativo⁵⁰ determinava que a disciplina ocorresse da seguinte forma:

O estágio, com carga horária de 400 horas, faz parte da matriz curricular do curso técnico de Regência e é realizado em diferentes Empresas/Órgãos/Instituições, oportunizando ao aluno a vivência direta com a realidade que fará parte de sua atuação profissional (SEDUC, 2016, p. 12).

As Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP no Ceará desenvolveram por meio de dispositivo legais⁵¹ a concessão de bolsas de auxílio durante o período de realização desta disciplina, permitindo ao estagiário custear sua locomoção as concedentes. Apesar de tal fato, o documento Plano de Curso – Regência (CEARÁ, 2016) orienta que tais auxílios ficarão à cargo da SEDUC podendo esta optar pelo auxílio, ou mesmo pela contratação de seguro contra

⁴⁹ LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008. – Lei de Estágio acesso em 15/12/17 as 17h

⁵⁰ Documento que fornece todas as informações a respeito da realização do Estágio.

⁵¹ LEI Nº 14.273. DE 19.12.08 (D.O. 23.12.08).

acidentes. Segundo este documento:

O Estágio curricular não dá direito a concessão de bolsa, ficando a critério da SEDUC dispor a respeito de concessão de apoio financeiro ao estagiário, seja na forma de bolsa, na contratação de seguro contra acidentes pessoais ou ainda na concessão de auxílio-transporte, quando firmado em instrumento jurídico que respalde o investimento com apoio a estagiário (CEARÁ, 2016, p. 26).

Até o presente momento (2017) o órgão citado tem disponibilizado ambos os benefícios, isto é louvável, porém, não há na Lei nada que assegure tal disponibilidade, ficando a cargo das políticas públicas governamentais para tal setor. Com relação a coordenação e organização, a equipe da Célula de Estágios – CEEST/COEDP⁵² é responsável a nível institucional pela coordenação de ações relativas ao estágio, assim também como assessoria e suporte às escolas profissionais, fortalecendo também os eixos de captação de vagas no contexto social local.

A Secretaria de Educação realiza o monitoramento das ações durante o período do Estágio curricular através do Sistema Informatizado de Captação de Estágios – SICE⁵³. Através dele, estudante, orientador⁵⁴ e coordenação realizam a interação e acompanhamento durante período próprio de atuação de cada estudante em suas respectivas instituições concedentes. De acordo com o Manual do Itinerário Formativo (SEDUC 2016), a carga horária, frequência e atuação no estágio, são características essenciais para obtenção do diploma Técnico.

O cumprimento da carga horária dentro do tempo previsto por lei, assim como a frequência e o desenvolvimento das habilidades práticas e atitudinais, observadas/coletadas nas situações do campo de estágio são requisitos para aprovação e obtenção do diploma (SEDUC, 2016, p. 5).

As EEEP's possuem um sistema de ensino integrado, ou seja, não será possível a qualquer estudante obter aprovação em apenas uma das áreas de formação. Por ser disciplina curricular, o estágio também estará integrado aos componentes curriculares que solidificam a formação do estudante.

⁵² Coordenadoria da Educação Profissional

⁵³ Meio eletrônico que permite monitoramento de captação de vagas, acompanhamento e avaliação processual de formalização jurídica, financeira e pedagógica dos estágios.

⁵⁴ Professor Técnico que atua durante o Estágio

O Estágio estará integrado aos componentes curriculares do curso e sua carga horária e requisito para aprovação e obtenção do diploma, tendo o MANUAL DO ITINERARIO FORMATIVO, AVALIACAO E ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO como instrumento avaliativo das competências técnicas e práticas desenvolvida durante o estágio, com caráter de obtenção de aprovação ou reprovação (CEARÁ, 2016, p. 26).

No que diz respeito ao Curso Técnico em Regência, cada estudante deverá aperfeiçoar (pôr em prática), no campo de estágio, os domínios de aprendizagem essenciais ao exercício da profissão na categoria de técnico, adquiridos no decorrer da formação. O documento acima citado (Itinerário Formativo) orienta a respeito da atuação nas instituições concedentes durante a realização da disciplina de Estágio na área de Técnico em Regência. Os dados encontram-se na tabela abaixo.

Tabela 3 – Instituições e órgãos onde poderão atuar os estagiários

Empresas/Órgãos/Instituições
Escolas Públicas e Particulares
Escolas de Música
Organizações governamentais/ não governamentais

Fonte: SEDUC (2016, p. 10)

Além das áreas supracitadas, é possível ainda, sua atuação em estúdios de gravação, rádio, assim também como empresas a partir da demanda de regência de corais nestas instituições. Embora tais possibilidades, nesta cidade, este Curso atuou na área educacional através de atividades desenvolvidas no contra turno e a partir da criação e liderança de pequenos grupos, buscando desta forma alcançar após o termino de atividades, um campo favorável para acolhimento dos egressos desta formação.

Segundo o Itinerário Formativo (SEDUC, 2016), existem desafios a serem enfrentados pelo Curso de Regência, e dentre estes está o de formar profissionais adequados à sociedade em que vivemos, através de cidadãos com postura ético-profissionais e sociais que são tão necessários nos dias atuais.

Por conseguinte, o grande desafio a ser enfrentado no Curso Técnico de Regência é o de formar profissionais que sejam capazes de lidar com a rapidez da produção dos conhecimentos científicos e tecnológicos e de sua transferência, e aplicação na sociedade em geral, de modo a intervir no mundo do trabalho orientado por valores éticos que dão suporte à convivência democrática (SEDUC, 2016, p. 5).

Visto sob esta ótica, o estágio curricular obrigatório é essencial para a formação do estudante devidamente matriculado no Curso Técnico, sendo considerado “o mais importante movimento de experiência didático-pedagógica e de avaliação dos conhecimentos adquiridos ou construídos no Curso” (CEARÁ, 2016, p. 16).

Em Sobral formaram-se duas turmas, sendo a primeira formada em 2016 e a segunda em 2017. Dentre as disciplinas essenciais desta formação, optamos por observar o Estágio em Regência, por considerá-lo uma disciplina de essencial valor formativo. Apresentaremos a seguir este período curricular nas duas turmas formadas, porém, nosso foco estará sobre a última turma (2017), devido termos participado mais efetivamente neste período também atuando como orientador de estágio.

5.4.1 Estágio 2016

A primeira turma do Curso de Regência ingressou na EEEP no ano de 2014, concluindo seu ciclo escolar no ano de 2016. Neste ano, o Estágio ocorreu a partir do mês de junho prosseguindo até o início do mês de dezembro, cumprindo a carga horária de 400 horas de Estágio em Regência. Cada equipe teve como prioridade para finalização deste período a formação de um coral nos locais onde estiveram estagiando.

Neste ano a referida turma atuou em 10 instituições Concedentes⁵⁵, e dentre estas, escolas particulares e municipais, clubes com atividades infantis e também a APAE⁵⁶ de Sobral. O estágio deste Curso ocorre em equipes, e em sua maioria duplas. As equipes são selecionadas pelo coordenador do Curso e orientador de Estágio. A maior procura por parte das Concedentes de Estágio esteve em atividades voltadas para a educação musical infantil, com o foco em musicalização⁵⁷.

Por se tratar da primeira turma do Curso nesta cidade, encontramos inúmeros obstáculos para alocar os vinte e oito estudantes cursistas nas distintas

⁵⁵ Nomenclatura dada a instituição que acolhe os estudantes durante o Estágio

⁵⁶ Associação de Pais e Amigos de Excepcionais

⁵⁷ É o processo de construção do conhecimento musical: seu principal objetivo é despertar e desenvolver o gosto pela música, estimulando e contribuindo com a formação global do ser humano.] SUGAHARA (1998) in. Wikipédia. Acesso em 01/12/17 às 10h.

concedentes. Dentre as dificuldades citamos:

- a) Idade dos estudantes;
- b) Ausência de convênio com a Secretária de Educação Local;
- c) Ausência de atendimento durante o turno da tarde;
- d) Ausência de professores que acompanhassem tais estudantes na instituição;
- e) Ausência de professores de música;
- f) Descrédito da gestão das instituições a respeito de programas de estágio⁵⁸;
- g) Ausência de adequação legal⁵⁹ da instituição.

Estas foram algumas dificuldades encontradas durante nossa busca em campo pelas primeiras parcerias que acolheriam os estudantes durante o período de estágio curricular obrigatório. Como esta turma não é nosso foco, discutiremos somente alguns dos pontos apresentados. A idade foi fator de dificuldade para esta atuação haja vista que, estes estudantes possuíam idades entre 17 a 18 anos e assim mesmo estariam atuando em instituições educacionais.

Em 2016 não havia ainda um convênio institucional entre SEDUC e Prefeitura, desta forma não obtivemos êxito e aceitação inicial por parte da mesma. Após este convênio a Secretaria de Educação de Sobral disponibilizou apenas três instituições que poderiam acolher os estudantes, devido ao fato de haver nestes locais professores de música atuando em projetos.

Outro ponto crucial de discussão está no fato de que, em sua maioria, as escolas de educação básica (públicas e privadas) da cidade possuem seu maior fluxo durante o período da manhã, ficando o turno vespertino apenas para atendimento a projetos e programas de extensão, que em sua maioria contam com um número reduzido de alunos. Desta forma, foi impossibilitado que algumas instituições pudessem acolher os estagiários.

Após estas considerações, partimos para a discussão a respeito da atuação em campo de estágio da última turma do Curso Técnico em Regência da cidade de Sobral em 2017.

⁵⁸ Programa federal Jovem Aprendiz

⁵⁹ A empresa não possui documentação exigida para articulação das práticas de Estágio

5.4.2 Atuação da segunda turma em estágio

Apresentamos neste tópico o foco de nossa pesquisa, haja vista ser este ter sido um ano de atuação ímpar. A segunda turma de Técnicos em Regência iniciou seus estudos em 2015, concluindo-os em 2017. Nesta turma formaram-se trinta e dois estudantes, que cumpriram seu período de Estágio Curricular durante os meses de agosto a novembro deste ano. A Disciplina de Estágio possui 400 horas de atuação, porém, neste ano a SEDUC iniciou alterações na forma de realização da Disciplina.

O documento Plano de Curso (CEARÁ, 2016, p. 24), que possui as orientações mais atualizadas a respeito da formação, aponta uma mudança para a realização da disciplina de Estágio Curricular para os cursos técnicos integrados pertencentes a rede Estadual. Segundo tal documento a partir do ano de 2017:

A carga horária total do Estágio do Curso Técnico de Nível Médio em **Regência** será de 300 horas, antecedida de momentos de aprendizagens práticas, desenvolvidas como atividades complementares para proporcionar maior aprofundamento em sua formação profissional (CEARÁ, 2016, p. 24).

Observamos desta forma que o primeiro documento (CEARÁ, 2011) encontra-se desatualizado perante as novas determinações do órgão a respeito da execução da referida disciplina, haja visto que, neste documento a carga horária total seria de 400 horas de atividades de Estágio.

Outra nova ação executada ainda neste ano foi à determinação da Secretaria de que os estudantes deveriam prestar ainda na disciplina um total de 100 horas de trabalhos voltados a comunidade local, contemplando momentos extracurriculares de formação, como oficinas, palestras e visitas à instituições que poderiam acolher a tais práticas, sendo apresentado no final deste período dois documentos⁶⁰: Relatório Final Individual e o Projeto Social (SEDUC 2017) desenvolvido e escrito pela turma. No que diz respeito a nossa pesquisa, analisaremos apenas os Relatórios individuais por identificarmos neste material um instrumento eficiente para nossa coleta de dados.

Em 2017, parte das dificuldades encontradas anteriormente como era o caso da baixa oferta de concedentes e do descrédito da gestão, haviam sido

⁶⁰ Documentos solicitados para o Estágio no ano de 2017

sanadas, obtendo desta forma uma variedade maior de concedentes. Recebemos ao todo, 21 solicitações de concedentes que gostariam de receber estes estagiários. Um ponto também a ser esclarecido é que a instituição (empresa) não tem custo algum com este estudante, sendo a SEDUC, a sua responsável direta.

Analisamos as propostas, e escolhemos 14 instituições que seriam mais viáveis para o acolhimento de estagiários, e também o acompanhamento do orientador de Estágio⁶¹. Por se tratar do ano de encerramento do Curso, atuaram como orientadores de Estágio os dois professores do Curso: Professor Prado e eu.

Em sua maioria a rede de ensino de Sobral (pública e privada) funciona com efetividade no período da manhã, porém a atuação dos estagiários só pode ocorrer durante o período da tarde, visto que estes têm a formação no Ensino Médio regular pela manhã. Desta forma os estagiários de cada instituição concedente atuavam em atividades extraescolares (projetos ou ensino integral), atendendo turmas com menos integrantes durante o estágio. Cada equipe tinha como proposta iniciar a formação de um coral em cada instituição, e para tanto, deveriam introduzir tais atividades com o referido público.

Embora tivessem como objetivo tal proposta, isto nem sempre foi possível ou viável, devido alguns fatores que apontaremos abaixo:

Tabela 4 - Desafios encontrados nas concedentes em 2017

Desafios encontrados nas concedentes
Número de alunos participantes ⁶²
Idade dos participantes
Duração de atividades
Apoio da direção da concedente
Tempo de atuação

Fonte: Dados da pesquisa

Observamos desta forma que para concretização da proposta de atuação dos estagiários tiveram, na medida do possível, uma atuação de qualidade em seu desenvolvimento no campo de estágio, embora tenham existido tais dificuldades.

De forma geral, os estagiários de Regência da cidade de Sobral, tiveram atuações diversificadas e alguns, em dado momento, não puderam executar o aprendizado por razões diversas. Estes estudantes seguiram algumas atividades em

⁶¹ Professor que acompanha os estagiários em campo

⁶² Utilizamos este termo para identificar os estudantes presentes nas instituições concedentes atendidas pelos estagiários.

comum, práticas pensadas e orientadas para facilitar a atuação nas Concedentes. Foi acertado em todas as instituições que estes estudantes deveriam possuir um período semanal reservado ao planejamento para organização de atividades.

Tendo apresentado a atuação dos estudantes/estagiários durante os dois anos de realização da disciplina de Estágio nas distintas turmas, prosseguiremos em nossa pesquisa apresentando, analisando e discutindo os dados coletados durante a realização da disciplina no segundo semestre do ano de 2017.

6 METODOLOGIA

Neste capítulo abordamos a organização metodológica que utilizamos para a constituição de nossa pesquisa. Para uma melhor compreensão do método aplicado nesta pesquisa, valemo-nos das palavras da autora Penna a respeito da metodologia Qualitativa.

[...] o método tradicional de pesquisa, tributário das ciências da natureza, não pode ser diretamente aplicado nas ciências humanas e sociais, pelas especificidades destas áreas [...] Apesar de haver diferentes perspectivas, a pesquisa Qualitativa tem como eixo comum ser "uma abordagem sistemática cujo objetivo principal é compreender as qualidades de um fenômeno específico em um determinado contexto" (ILARI, 2007 In PENNA, 2015, p. 100).

A partir destas considerações concluímos que a pesquisa Qualitativa busca compreender as qualidades do fenômeno que se está a investigar. Trazemos ainda a esta sessão o conceito de Estudo de caso, tornando como nosso design de pesquisa. Penna esclarece a respeito desta abordagem afirmando que a partir desta se pode compreender melhor uma realidade específica.

Uma abordagem exemplar de pesquisa Qualitativa é o Estudo de Caso, que busca conhecer uma realidade específica em profundidade, investigando uma unidade com limites bem definidos (ANDRÉ, 2010 in PENNA, 2015, p. 101).

Para aprofundar conceitos nesta estratégia de pesquisa, acrescentamos as considerações de Yin (2001). De acordo com este autor:

O estudo de caso conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e série sistemática de entrevistas. Novamente, embora os estudos de casos e as pesquisas históricas possam se sobrepor, o poder diferenciador do estudo é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências - documentos, artefatos, entrevistas e observações - além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional. Além disso, em algumas situações, como na observação participante, pode ocorrer manipulação informal (YIN, 2001, p. 27).

Desta forma, optamos por nos utilizar da metodologia Qualitativa aplicada ao Estudo de Caso, para investigar se houveram experiências significativas em educação musical, vislumbradas a partir do Estágio Curricular na área de Regência

na cidade de Sobral.

Nesta cidade, este curso iniciou em 2014, e até 2017 formaram-se duas turmas, sendo a primeira no ano de 2016 e a segunda em 2017. Dentre as características desta formação, optamos por observar o Estágio em Regência, por considerá-lo uma disciplina de essencial valor formativo. Apresentamos o desenvolvimento do Estágio nas duas turmas, porém, nosso foco estará sobre a última turma (2017), devido termos participado mais efetivamente neste período também atuando como orientador de Estágio⁶³.

A segunda turma de Técnicos em Regência iniciou seus estudos em 2015, concluindo-os em 2017. Nesta turma formaram-se trinta e dois estudantes, que cumpriram seu período de Estágio Curricular durante os meses de agosto a novembro deste ano. Neste ano, a disciplina de Estágio possuía 400 horas de atuação, sendo 300 horas na Concedente e 100 horas dedicadas ao desenvolvimento de um Projeto Social⁶⁴.

Nesta pesquisa, analisaremos apenas a atuação destes estudantes durante seu período de atuação nas Concedentes⁶⁵ a partir do documento Relatório Final produzido por estes estudantes não contemplando aqui os dados referentes ao desenvolvimento do Projeto Social, visto que esta produção não possibilitou dados seguros que contribuíssem a nossa pesquisa, pois a construção deste ocorreu de forma experimental, e devido as atividades solicitadas, inviabilizou-se a formulação de dados para a pesquisa.

6.1 O relatório final de estágio

Nesta pesquisamos utilizamos como fonte de dados o documento Relatório Final disponibilizado pela SEDUC ⁶⁶, a ser produzido pelos estudantes/estagiários durante sua atuação no ano de 2017. Para melhor compreensão desta técnica de observação, apontamos abaixo as afirmações de Penna.

⁶³ Professor que acompanha os estagiários em campo de estágio

⁶⁴ Projeto que contemple e atenda a comunidade local

⁶⁵ Instituições que acolhem os estudantes durante o período de Estágio curricular

⁶⁶ Disponível no Itinerário Formativo deste Órgão

Seja numa pesquisa propriamente documental, seja quando o documento constitui uma das fontes de dados em um estudo de caso, após a etapa inicial de avaliação preliminar dos documentos, a análise volta-se para o conteúdo dos mesmos, buscando interpretá-los em função dos objetivos propostos para a pesquisa (PENNA, 2015, p. 123).

Visando acompanhar e avaliar a atuação dos estudantes/estagiários durante o período do Estágio, a SEDUC lançou em 2017 um documento intitulado Guia de Estágio⁶⁷, que disciplinaria as ações da instituição escolar, estudantes, concedentes e demais normatizações a respeito deste período.

Até o ano de 2016 este órgão avaliava os estudantes apenas de duas formas: nota de 50% e outra de 100% de realização de estágio, ambas obrigatórias. Em 2017 passou-se a disciplinar que além das duas notas cada estudante deveria ainda produzir um documento individual (Relatório Final de Estágio), e a produção escrita do Projeto Social de Atuação da referida turma, escrito e articulado de forma coletiva.

A nota de avaliação 3 para os cursos do Eixo Ambiente e Saúde (Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Enfermagem, Técnico em Estética, Técnico em Massoterapia, Técnico em Nutrição e Dietética e Técnico em Saúde Bucal) é a nota do Relatório Final (zero a dez). Para os demais cursos, a nota de avaliação 3 é a média da nota do Projeto Social (zero a dez) mais a nota do Relatório Final (zero a dez). [...] A nota final é a média das três avaliações: Nota 1 (50%), Nota 2 (100%), Nota 3 (projeto/relatório), gerada automaticamente pelo Sistema, que migrará para o Sistema Integrado de Gestão Escolar-SIGE (SEDUC, 2017, p. 19).

A produção e entrega destes documentos foi considerada uma exigência para a conclusão da disciplina, e conseqüentemente, para a formação dos estudantes. No que diz respeito ao Relatório Final de Estágio, a SEDUC orientou que a produção e entrega do mesmo estaria vinculada à aprovação de cada estudante na formação técnica de sua atuação.

O relatório final do estágio [...] é obrigatório, previsto na Lei de Estágio e deve ser realizado pelo estagiário. Após a conclusão, deve ser arquivado na escola (documento físico). [...] ao finalizar o Relatório, o orientador deve atribuir uma nota (zero a dez) para cada estudante, ponderando normas, especificações, potencialidades e articulação com a trajetória acadêmica. Por se tratar de uma das notas do estágio, [...] no final do estágio, caso seja de interesse da escola e do estudante, o Relatório pode ser apresentado para a comunidade escolar. (SEDUC, 2017, p. 25)

⁶⁷www.educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=61&Itemid=165 acesso em 10/05/18 as 10h

Para que houvesse um melhor aproveitamento com relação à produção do documento, este órgão confeccionou um modelo para auxiliar estudante e orientadores quanto a produção do mesmo. Embora tenham sido construídos dois documentos de cunho individual (Relatório) e de cunho coletivo (Projeto Final), no que diz respeito a nossa pesquisa, analisaremos apenas os Relatórios individuais por identificarmos neste material um instrumento eficiente para nossa coleta de dados.

Em 2017 os estudantes foram distribuídos em equipes em 14 Concedentes de Estágio, ficando cada orientador responsável por sete instituições, acompanhando 16 estagiários. A área de atuação destes contemplou educação musical, principalmente através de atividades musicalização na Educação Infantil. Neste período, os estudantes têm a oportunidade de desenvolver atividades práticas, pondo em prática os conteúdos adquiridos durante sua formação.

Dentre os estagiários por nós atendidos e suas respectivas instituições, optamos por analisar a atuação de quatro estudantes/estagiários, que por sua vez: foram estudantes aplicados durante o período formativo⁶⁸; foram alunos que apresentaram um destaque durante atuação no estágio; aplicaram em determinados momentos as técnicas específicas de regência; estudantes que melhor responderam o relatório final; dentre estes, dois foram aprovados para o ensino superior na área de música; e contemplamos duas instituições públicas e duas privadas, apresentando desta forma uma parcela significativa da atuação deste grupo em estágio.

Outro motivo de nossa escolha se deu também pelo fato de que em todas as instituições aqui analisadas, havia um professor de música, fator que veio a somar no aprendizado destes estagiários.

Para efeito desta pesquisa, mantivemos o sigilo destes estudantes utilizando-nos de cifras (A, B, C, D). Dentre estes temos três estagiárias (A, B e C) e um estagiário (D). Quanto à coleta de dados, analisamos os Relatórios Finais produzidos por este público no decorrer de realização desta disciplina no segundo semestre de 2017.

⁶⁸ Período de 2015 a 2017

Tabela 5 - Apresentação dos pesquisados

Estágio 2017					
Cifra	Instituição	Atendimento	Público atendido	Atuação	Professor
A	Privada	Contra turno	Educação infantil	Musicalização, Balé	Sim
B	Privada	Contra turno	Educação infantil	Musicalização	Sim
C	Pública	Contra turno	Extensão universitária	Canto, Clarinete, iniciação musical	Sim
D	Pública	Turno	Escola especializada	Canto, Teclado; Percussão.	Sim

Fonte: Dados da pesquisa

Através desta tabela verificamos que em sua atuação estes estagiários atenderam em horários de contra turno⁶⁹; A e B atuaram no ambiente privado enquanto C e D em ambiente público; C atuou com público universitário através de programa de extensão institucional. Já o estudante D atendeu pessoas com idades variadas em escola especializada.

6.2 O Questionário

Para enriquecer a coleta de dados optamos ainda pela confecção de um questionário⁷⁰ aplicado com estes estudantes no mês de abril de 2018, ou seja, estes respondentes já estavam formados e egressos da instituição escolar, tendo sido realizado por meio da Plataforma Digital⁷¹. Este documento teve por finalidade sondar estes estudantes a respeito de sua atuação no estágio, buscando ainda que estes refletissem a respeito da formação que participaram. Quanto a esta técnica, Penna afirma que:

Num estudo de caso, dados de entrevistas e questionários podem ser entrecruzados aos de outras fontes, permitindo chegar a uma compreensão mais profunda do fenômeno estudado. Dados de observação podem ajudar a analisar possíveis diferenças entre discurso e prática, interação e ação, por exemplo (PENNA, 2015, p 123).

Seguiremos agora apresentando o contexto do Curso Técnico em Regência na cidade de Sobral, Estado do Ceará, analisando a atuação durante o período de Estágio Obrigatório. No decorrer do capítulo, apresentaremos e discutiremos os dados coletados durante a pesquisa.

⁶⁹ Os motivos foram esclarecidos em parte anteriores do texto.

⁷⁰ Vide anexos

⁷¹ Google formulários

7 ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AO ESTÁGIO 2017

7.1 Análises dos Relatórios Finais de Estágio

Nesta turma foram formados trinta e dois técnicos em Regência, que durante o período de desenvolvimento do estágio, foi “dividida” entre os dois orientadores de estágio e seus estudantes alocados em quatorze instituições, ficando desta forma sete concedentes por orientador.

Como apontamos no capítulo Metodologia, dentre os estagiários por nós atendidos, optamos por analisar a atuação de quatro estudantes/estagiários, que por sua vez: foram estudantes aplicados durante o período formativo; apresentaram um destaque durante atuação no estágio; aplicaram em determinados momentos as técnicas específicas de regência; melhor responderam o relatório final; dentre estes, dois foram aprovados para o ensino superior na área de música; e contemplamos duas instituições públicas e duas privadas. Para efeito desta pesquisa, manteremos o sigilo destes estudantes utilizando-nos de cifras (A, B, C, D). Dentre estes temos três estagiárias (A, B e C) e um estagiário (D).

Na primeira parte (capa) do Relatório cada estudante deveria preencher seus dados e identificar a instituição de sua atuação. Logo após solicitou-se que este escrevesse uma introdução no documento, identificando as características gerais de sua formação, assim também como o conceito de Estágio neste curso, seus objetivos e a identificação contextual da concedente.

Respondendo à pergunta “O que é o estágio?” os estudantes descreveram da seguinte forma:

Estagiário A: “O estágio é um período preparatório para a formação acadêmica posto em práticas as técnicas desenvolvidas ao longo do curso, que capacita o indivíduo nesta área, no caso, no curso técnico em regência”.

Estagiário B: “O estágio é uma forma de colocar em prática todos os conhecimentos adquiridos durante a formação do curso em regência”.

Estagiário C: “Estágio é um período de prática em que um aluno exerce atividades fora do ambiente escolar com a finalidade de aprimorar e repassar seu aprendizado dos conteúdos vistos em sala”.

Estagiário D: “o estágio é de suma importância para a formação profissional de determinado indivíduo, o qual busca adquirir conhecimentos e modos de se comportar em seu futuro local de trabalho e profissão exercida.”

Observamos que neste tópico cada estagiário pôde expor sua opinião a respeito do conceito desta disciplina. Informamos que não foi disponibilizado nenhum material para embasamento conceitual, e desta forma estes poderiam discorrer com suas palavras.

A segunda pergunta foi: “Quais os objetivos do estágio?” e cada estagiário foi desenvolvendo o texto de acordo com suas convicções. Notamos, porém que estagiário C não abordou este ponto em sua produção.

Estagiário A: [...] objetivo de possibilitar uma ampla aprendizagem sobre música, no caso a musicalização infantil que promove o contato do aluno efetivamente no ensino musical.

Estagiário B: “O objetivo do estágio é expandir a musicalização desde os primeiros anos de idade. A musicalização infantil busca desenvolver o gosto pela música além de incorporar na criança o lado psicomotor, cognitivo, socio afetivo e linguístico, além de ser facilitadora do processo de aprendizagem e uma grande aliada no crescimento saudável”.

Estagiário C: Não respondeu

Estagiário D: “Esse processo é feito através de experiências que estimulam o aluno a usar os seus conhecimentos em variadas situações, propiciando o estagiário mais aprendizado e como reagir a diferentes situações.”

Notamos a partir das respostas construídas nos textos que são apresentados objetivos parecidos em A e B, por terem desenvolvido práticas no contexto privado, atuando na Educação Infantil. Já os demais, atuaram em contexto mais especializado, atendendo indivíduos com idades diversas. Consideramos que provavelmente por este motivo C não descreveu sua percepção a este respeito.

Araújo (2016) aponta, embasado na Lei de Estágio (BRASIL, 2008, p. 1), que este período “visa o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho”.

Neste tópico constava ainda a pergunta: “Onde aconteceu?” solicitando que cada estagiário descrevesse e apresentasse seu lugar de estágio, ou seja, a concedente.

Estagiário A: “A instituição que foi executado o Estágio é o colégio (X), que já apresenta o ensino de música em conjunto com o “Atelier Arte e Cultura” que abrange aulas de arte, teatro e música”.

Estagiário B: “O estágio aconteceu na Organização (Y) que é uma escola que visa incentivar e desenvolver o intelectual de seus alunos para que os mesmos cresçam profissionalmente e pessoalmente”.

Estagiário C: “O Instituto (W) foi o local a qual ocorreu o estágio”.

Estagiário D: “Com uma duração de três meses, o estágio realizado por mim aconteceu na Escola (Z), onde a música é apresentada à variados públicos, contendo crianças, jovens, adultos e idosos”.

Prosseguindo no questionário, o próximo tópico consta de atividades desenvolvidas e nele cada estagiário deveria descrever a respeito de sua atuação propriamente dita durante este período. O primeiro ponto a ser discorrido se dá a partir das atividades desenvolvidas durante o estágio.

Estagiário A: Ao decorrer do estágio foi realizado várias atividades, principalmente na área de musicalização infantil, que visa englobar o ensino da música em brincadeiras, pois o público é criança então a melhor maneira de ensinar é através de brincadeiras que retratam os conteúdos musicais.

Estagiário B:” Uma das atividades propostas foi uma atividade com copos que visava desenvolver a coordenação motora dos alunos e o senso de tempo e compasso.”

Estagiário C: [...] ficamos à frente de aulas de coral para a preparação vocal como trabalhar a respiração, técnicas vocais, vocalize além de ter a experiência de reger o coral em uma apresentação para alunos e professores do campus, além de professores fomos aluno participamos das apresentações como coralistas cada um em seu naipe vocal.

Estagiário D: Atuando nas áreas de sopro, teclado e técnica vocal, ao chegar na empresa apresentada acima fui direcionado para a primeira observação da aula de sopro.

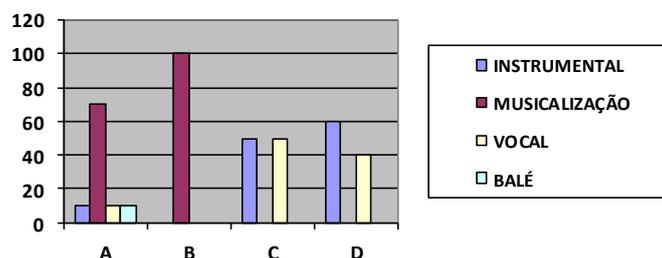
Embora estagiário A não tenha relatado em seu texto, sua supervisora⁷² solicitou sua participação nas aulas de balé da instituição, para auxiliar a mesma durante sua atuação. O estagiário B descreve atividades de musicalização desenvolvidas na instituição concedente.

Estagiário C afirma ter estado “a frente do coral”, ou seja, haver ministrado momentos iniciais de técnica vocal, aprendidos durante sua formação em Regência. Estagiário D aponta sua participação em ambientes diversificados de aprendizagem, demonstrando desta forma que a partir deste Estágios e realizaram algumas práticas de ensino para além de sua formação, como foi o caso das aulas de Sopros⁷³. Utilizamos o gráfico abaixo para tabular os dados das referidas áreas de atuação destes estagiários.

⁷² Profissional da instituição responsável pelo estagiário

⁷³ Terminologia utilizada para descrever as praticas de ensino de instrumentos de Bocal e de palheta como é o caso de trompete, e de saxofone.

Gráfico 1 - Práticas de estágio



Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com tais dados, os estagiários A e B atuaram fortemente através de musicalização, sendo que em A, houve ainda a participação em atividades relativas ao aprendizado em algum instrumento musical e também na área vocal. Nos estágios de C e D observamos como diferencial que estes não tiveram atuação em musicalização, porém, há uma ativa participação no âmbito vocal e instrumental, possibilitando desta forma a utilização dos domínios adquiridos durante o Curso.

De acordo com este Relatório, cada estudante/estagiário deveria nesta parte discorrer a respeito das atividades que foram desenvolvidas por estes durante o período na instituição.

Estagiário A: [...] além das aulas de musicalização, tem a de violão que acompanho e realizo praticas e ensinando as notas (acordes).

Estagiário B: [...] A atividade foi desenvolvida da seguinte maneira: os alunos se sentaram em círculo no chão e foram distribuídos entre eles um copo para cada, em seguida trabalhamos para que o copo fosse passado no mesmo tempo para a direita e com isso a velocidade foi aumentando, após trabalhar essa parte temporal, a prática foi feita com a música escravos de jó como método recreativo de aplicar o conhecimento que eles adquiriram.

Estagiário C: [...] atuei na aula de clarinete como aluno, pois nunca havia tido a experiência com tal instrumento, mas sempre reforçando e ajudando os demais alunos que tinham dificuldades com a leitura de partituras, além de apresentações com o coral também tive apresentação no encerramento da disciplina de educação musical,

Estagiário D: [...] com o decorrer das aulas, fui colocado para reger a turma de sopro, pelo professor Thiago, enquanto os alunos praticavam os exercícios de sopro e diafragma, aprendendo mais sobre a prática de regência, como: acentuações, pausas, dinâmica e outros mais.

No que diz respeito ao gestual específico da área de regência e a atuação do educador/professor musical, Grings (2011) afirma que tais elementos podem ser importantes nas práticas de difusão do conhecimento artístico/musical.

Os elementos técnicos gestuais e metodológicos da regência são recursos relevantes para a comunicação com grupos vocais e instrumentais. Estes elementos da regência podem ser importantes também na prática do professor de música, ao utilizar estes conhecimentos para desenvolver suas atividades em grupos musicais (GRINGS, 2011, p. 15).

A partir de tais considerações, podemos inferir que cada educador/estagiário pôde abordar no estágio práticas e domínios que adquiriram durante sua formação, e também desenvolvendo aprendizado em outras práticas como citado em C e D. Pontuamos ainda que o estagiário D afirma ter desenvolvido em seu Estágio práticas específicas de Regência.

Foi solicitado também neste tópico que cada estagiário apontasse no texto as possíveis ações que promoveram possíveis melhorias na empresa, ou seja, como este estudante verifica que pôde contribuir com aquela instituição.

Estagiário A: Em geral, auxiliava nas aulas (arte) e contribuindo nas atividades na de violão e de flauta que tanto ensina quanto ensaiava com eles, passando notas e exercícios para fixar a prática.

Estagiário B: É válido ressaltar que foi de suma importância ter contribuído para o desenvolvimento estudantil das crianças de forma lúdica, fazendo com que assim elas se interessem cada vez mais pela música. Além de também contribuir em apresentações para as crianças auxiliando ativamente o professor titular.

Estagiário C: Esse período de estágio no estúdio musical do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará me proporcionou grandes experiências, pois pude repassar de forma tranquila e coesa tudo que foi aprendido em sala de aula,

Estagiário D: [...] cabe ressaltar a importância de ter ajudado pessoas a conseguirem um progresso na vida musical, onde através de importantes dicas e conhecimentos repassados pude não somente ajudar na música, mas na vida pessoal de alguns alunos, como por exemplo: o aluno com necessidades especiais, onde ajudei-o a conseguir progredir e em ter vontade de continuar progredindo cada dia mais

De acordo como exposto pelo estagiário A, houve uma participação através do instrumento flauta doce, através da formação uma pequena turma (dois alunos), de introdução à leitura na pauta⁷⁴ e também prática deste instrumento. Observamos que B percebe o enriquecimento cultural do público a partir do que foi trabalhado em sala. O estagiário C pontua que pôs em prática os conteúdos adquiridos durante sua formação. O estagiário D avalia que sua atuação auxiliou os alunos da instituição a desenvolverem-se nas práticas musicais, inclusive pessoas

⁷⁴ Partitura

com dificuldades intelectuais.

Araújo (2016) analisa tal situação e traz a partir de Cardozo e Pinto (2010), que este período é muito importante principalmente por permitir que este estagiário possa atuar a partir daquilo que aprendeu em sua formação.

[...] é no momento do estágio supervisionado que vai se tornar possível, para o estagiário, utilizar os conhecimentos teóricos na prática, sempre buscando fazer uma reflexão após cada aula, em busca melhorias e mudanças ao longo deste período (CARDOZO & PINTO, 2010 in ARAÚJO, 2016, p 21).

Apontamos ainda a visão de Tardiff no que diz respeito a atuação prática, a partir de Benvenuto (2012). Segundo este autor,

[...] os saberes oriundos da experiência de trabalho cotidiana parecem constituir o alicerce da prática e da competência profissionais, pois esta experiência é, para o professor, a condição para a aquisição e a produção de seus próprios saberes profissionais (TARDIFF In BENVENUTO, 2012. p 3).

Para conclusão deste tópico foi solicitado que o estagiário descrevesse neste texto quais conhecimentos que foram aprimorados ou acrescentados com a prática, sendo assim convidados a refletir sobre sua aprendizagem durante a formação e agora posta em prática neste período.

Estagiário A: [...] no âmbito pessoal contribuiu para meu desenvolvimento comunicativo com as pessoas, acrescentando cada vez mais valores na minha vida.

Estagiário B: [...] esse processo de aprendizado foi de grande valor, pois desenvolveu a minha forma de lecionar para crianças, a forma de como lidar com elas, ser mais criativa e desenvolver os lados sociáveis com os pequenos.

Estagiário C: [...] não apenas cresci profissionalmente como pessoalmente, pois o tempo de estágio e a convivência fez com que fosse criados vínculos de amizade, sempre ouvindo, ajudando em todos os sentidos, melhorando minha comunicação e trabalhando para melhorar a minha timidez, como também tendo a experiência de trabalho em equipe, pois pude aprender muito com meu parceiro de estágio, um sempre ajudando o outro para que juntos pudessemos fazer um bom trabalho e com a ajuda da minha supervisora a professora Marcilane tive muitas dúvidas tiradas e pude adquirir mais conhecimento.

Estagiário D: Ademais, pude então ter maior experiência nas áreas de sopro, com a regência e práticas do professor Thiago Félix, onde a percepção em relação à suave e forte foi aguçada, como também maior experiência com teclados e coordenação com a música me passada pelo professor França, além do maior entendimento da área de canto, postura corporal e ritmo com o professor Cristian Marques.

A partir destes relatos percebemos que cada estagiário aponta à aquisição de ganhos pessoais, como o combate à introspecção, o trabalho coletivo, postura profissional, dentre outros. Observamos que o estagiário B utilizou em sua fala a palavra “Lecionar”, porém de acordo com a LDB, isto é possível apenas à profissionais com licenciatura plena na área. Estes educadores podem atuar apenas na participação específica em música, acompanhados de um professor ou mesmo atuar na formação de grupos menores.

O último ponto do Relatório foi a Conclusão, sendo solicitado que cada estudante/estagiário discorresse a vontade a respeito deste período. Neste tópico os Orientadores de Estágio interviam indicando que este público apontasse de forma geral, como cada um se percebeu enquanto “educador/Regente musical” neste período, e como cada um veria tal área a partir desta imersão, apontando também se haveria de sua parte interesse de se inserir no mercado de trabalho na área de Educação Musical.

Estagiário A: [...] esse período é de suma importância para nossa vida pois é o primeiro contato com o mundo de trabalho.

Estagiário B: É válido ressaltar que foi de suma importância ter contribuído para o desenvolvimento estudantil das crianças de forma lúdica, fazendo com que assim elas se interessem cada vez mais pela música.

Estagiário C: [...] além das experiências fora do campus, foi de extremo aprendizado, acrescentando experiências, aperfeiçoando ainda mais o que se foi visto em sala de aula.

Estagiário D: Por fim, o estágio na área de música foi muito importante para meu aprendizado profissional, musical e pessoal, pois, o mesmo me proporcionou momentos que me fizeram melhorar o meu profissionalismo, que me fizeram melhorar em questão de musicalidade, como também me fizeram melhorar como pessoa, me ajudando a interagir melhor com pessoas e melhorando minha postura com prática de lecionar. Além disso, o estágio nessa área foi de suma importância, não somente pelos motivos apresentados acima, mas também a minha decisão como escolha de curso na faculdade e profissional, me fazendo pensar assim que na música está tudo aquilo que amo, que além de ser cultura, a música pode mudar vidas e ajudar um bairro ou uma cidade carente com o sentimento proporcionado por essa incrível arte.

Percebemos a partir destes relatos que cada estagiário observou seu próprio desenvolvimento a partir desta imersão no mundo do trabalho⁷⁵. O estagiário C aponta que este período lhe permitiu aperfeiçoamento dos assuntos abordados durante sua formação. No relato do estagiário D, observamos que este aponta seu crescimento pessoal a partir da interação interpessoal, e que este aponta um

⁷⁵ Termo utilizado pela SEDUC para descrever tudo que é referente a trabalho, não somente a mão-de-obra, mas também as práticas pessoais de cada estudante.

enriquecimento profissional a partir daquela experiência ali desenvolvida pontuando até mesmo sua intencionalidade de prosseguir nos estudos superiores na área de música.

Ao trazer a tona tal relato, este estudante/estagiário faz inconscientemente uma quebra de paradigma, haja vista, que a formação de nível técnico busca essencialmente a inserção do egresso no Mundo do Trabalho. Como exposto no item anterior, estes estagiários atuaram em horários de contra turno⁷⁶; no ambiente privado e também público. Avaliamos a partir de cada relato, que o fato de haver em todas as instituições aqui analisadas, um professor de música, enriqueceu em demasia o aprendizado destes estagiários. Outro fator muito bem pontuado nos relatos foi a experiência com outros instrumentos, como citado em C e D.

De forma geral, a segunda turma de Técnicos em Regência da cidade de Sobral teve uma atuação considerada muito boa nas áreas em que foi possível atuar em cada concedente. Apesar de não haverem atuado em primazia na regência de coros (principalmente pela inexistência destes na maioria das instituições), cada estagiário pôs em prática os domínios adquiridos durante sua formação, constituindo desta forma um melhor conhecimento local a respeito de tal temática na área musical.

7.2 Análises do questionário aplicado

Como esclarecido anteriormente, produzimos um questionário com questões de caráter aberto, buscando uma maior gama de dados para a investigação dos estudantes/estagiários observados aqui.

As questões 1 e 2 tratavam da identificação dos pesquisados e de seu ano de atuação no estagio. No que diz respeito ao nome, manteremos o anonimato dos pesquisados nos utilizando de cifras correspondentes. Com relação ao período investigado, ambos com atuação no ano de 2017. Desta forma, iniciamos a coleta de dados a partir da questão de número 3. Seguem abaixo as questões e suas devidas respostas:

⁷⁶ Os motivos foram esclarecidos em parte anteriores do texto.

- Questão 1 - Durante o período de estágio curricular do Curso de Regência você vivenciou diversas práticas estudadas em sua formação? Comente quais experiências que mais lhe marcaram durante estas práticas de música:

Estagiário A: Sim. As experiências mais vivenciadas no período de estágio foram com a musicalização infantil, com brincadeiras cantadas, praticas em grupo, instrumentais e pedagógicas. Que visava o desenvolvimento artístico e criativo da criança com o contato com o ensino da música.

Estagiário B: Vivenciei as práticas de musicalização com as crianças, disciplina antes estudada na formação de didática musical. Foi marcante a positiva recepção das crianças ao ser utilizado de músicas educativas para seu aprendizado.

Estagiário C: Sim, as aulas onde foram convidados professores de música antes do estágio começar para nos mostrar um pouco do seu trabalho, com isso podemos ter uma noção básica de como seria as aulas

Estagiário D: Sim, a participação de recitais proporcionados pela empresa em que atuava.

Nesta pergunta sondamos cada estagiário a respeito da apreensão e domínio dos conhecimentos relativos a sua formação e sua utilização no período de estágio. Ambos os estudantes relataram a respeito de experiências e formações essenciais ao seu domínio técnico. De acordo com Parente:

[...]. É necessário rever os conceitos e os objetivos que cercam o estágio, pois é através dessa disciplina curricular que o estudante vai ter o contato com a realidade escolar. Assim, esse conhecimento deve favorecer a reflexão sobre uma prática criativa e transformadora, possibilitando a reconstrução ou redefinição de teorias que sustentem o trabalho do docente (PARENTE, 2015, p. 38).

Embora o autor trate da análise de estágio para Licenciandos em Música, analisamos aqui estudantes em formação técnico-profissionalizante que atuaram em instituições escolares a partir da educação musical.

- Questão 2 - Você considera importante as experiências desenvolvidas no estágio? Exemplifique.

Estagiário A: De suma importância, para o desenvolvimento das crianças e para levar para a vida.

Estagiário B: Considero de suma importância as atividades, pois agregaram diversos valores na minha formação profissional e pessoal.

Estagiário C: Sim, cada experiência boa ou ruim serviu de aprendizado para que possamos levar para fora da escola, no mundo do trabalho, ocorreram experiências na qual já tinha vivido antes de estágio assim como novas experiências em que eu nunca tinha passado e de aprendizado.

Estagiário D: Sim, ajuda não somente na experiência como também na interação.

Neste item, os estudantes relataram a importância que observaram a partir de sua atuação durante o estágio. As respostas acima demonstram que estes estudantes consideraram que tais desenvolvimentos os auxiliaram inclusive na aquisição de competências humanas, como é o caso da interação citado por D.

A respeito desta atuação, Parente afirma que durante a prática no período de Estágio, os “ganhos” ocorrem além da experiência da simples transmissão de conhecimentos, ocorrendo na forma de construção do real aprendido e possibilitam a transformação social.

[...] O conceito de prática não está em exercer uma atividade para adquirir experiência, mas como forma de construção de conhecimento e transformação social. De acordo com Morin (2000), os conhecimentos colocados separadamente, fragmentados e descontextualizados não ensinam, apenas informam e constroem paradigmas equivocados em relação ao saber. “O conhecimento do conhecimento, que comporta a integração do seu conhecedor em seu conhecimento, deve ser, para a educação, um princípio e uma necessidade permanente.” (MORIN, 2000) Dessa forma, a aprendizagem não se limita apenas à aprendizagem de uma área específica, mas integra-se e relaciona-se com o que se passa na sociedade, em um exercício constante de construção-reflexão (PARENTE 2015. p. 39).

- Questão 3 - Quais experiências de estágio que você considerou importante para sua formação e vida profissional?

Estagiário A: A experiência de comunicação e interação com os alunos.

Estagiário B: Todas as atividades reproduzidas foram importantes para a minha formação, pois mesmo as atividades com histórias cantadas, dinâmicas musicais e introdução aos instrumentos de percussão, agregaram novos conhecimentos no que diz respeito ao desenvolvimento musical.

Estagiário C: A primeira foi trabalhar com adultos, tive um receio, um medo de não conseguir e o que foi incrível foi que tudo ocorreu melhor do que o esperado, mantendo a calma e acreditando em mim e em tudo que obtive em sala de aula. A segunda experiência foi a de reger o coral em música na apresentação da escola onde estudava e foi de enorme aprendizado, pois tive que combater o nervosismo, manter a calma e dar o meu melhor.

Estagiário D: Atuação na regência de grupo de sopros, juntamente com práticas de exercícios na técnica vocal.

Neste item cada estudante foi convidado a elencar as experiências de acordo com a atuação individual. Em cada resposta identificamos características que apontam a aquisição de ganhos profissionais e pessoais. Em concordância com estes dados, o autor Parente afirma que: “o educador musical, nesse caso, promove

trocas musicais, encontrando pontos comuns entre os diversos tipos de música para ampliar o repertório e aprofundar a relação do aluno com a música” (PARENTE, 2015, p. 46).

- Questão 4 - O que você citaria como experiência válida desta formação em Regência para sua vida?

Estagiário A: A experiência de se expressar a partir da música, assim conhecendo a si mesmo

Estagiário B: Citaria o vasto conhecimento que adquiri com a formação técnica e alguns valores na formação pessoal, como uma maior desenvoltura, paciência dentre outros.

Estagiário C: Além de trabalhar com música, trabalhamos com pessoas, então o que eu levo de maior aprendizado é levar emoção, pois é isso que a música traz, e temos que levar isso as pessoas, emoção, alegria, transmitir o amor pela música.

Estagiário D: Apresentações e oportunidade de ir ao Festival de música da Ibiapaba.

Esta questão tratou de identificar, a partir da visão de cada estudante, a respeito das experiências vivenciadas durante a formação técnica e o que pôde ser adquirido para sua formação pessoal. Percebemos que cada um cita aquilo que foi importante durante a formação; a resposta de C aponta ainda uma possível missão ou meta para os músicos quanto a levar a emoção (alegria) e também “levar o amor pela música”.

- Questão 5 - Dentre as atividades desenvolvidas no Curso, quais as que mais lhe marcaram?

Estagiário A: Práticas instrumentais e teorias musicais

Estagiário B: Por sua excelência todas as atividades foram marcantes, porque todas elas traziam algum tipo de conhecimento na música, mesmo no início da formação que consistia na cifragem e no estudo de escalas quanto na parte final em partes teóricas e práticas mais avançada.

Estagiário C: As apresentações, que mesmo com o nervosismo, o medo e a insegurança conseguimos levar toda a emoção e amor e principalmente o aprendizado que obtemos em sala de aula.

Estagiário D: Aulas de percepção e solfejo.

Esta questão solicitava que cada estudante elencasse as atividades e/ou práticas que estes considerassem importantes. Todos citaram as questões teóricas tratadas durante a formação, porém, estagiário C aponta questões de ordem pessoais e humanas como o nervosismo e insegurança, demonstrando assim que a formação também propôs o seu desenvolvimento como ser humano.

- Questão 6 - O que você acredita que fortaleceria esta formação em Regência como formação de nível médio técnico?

Estagiário A: O investimento nessa área, é a valorização desses profissionais.

Estagiário B: Fortaleceria uma formação ainda mais avançada, como por exemplo, uma graduação na área musical. Também pode ser citado como somatório alguns cursos na área e até mesmo avançar a prática já adquirida.

Estagiário C: Música é uma coisa difícil de explicar pois envolve todas as emoções, tristeza, alegria, é algo pra se levar a sério, o que fortalece é acreditar, acreditar que música não é só canto, não é só tocar instrumento e sim levar alegria, amor, respeito, para as pessoas

Estagiário D: Estudo mais intensivo na prática instrumental

Nesta questão, propomos que cada estudante apresentasse como a formação em Regência poderia ser fortalecida, pensando a nível de Estado, buscando melhorias para o curso. Dentre as respostas expostas acima, as do estagiário C apontam que esta formação deve ser levada a sério devido a sua “meta” de transmitir não somente conhecimento teórico, e sim propor atitudes humanas.

No que tange ao Mundo do Trabalho e preparação de Educadores/músicos, a autora Nascimento aponta que há na atualidade novos “espaços” no qual poderão ser incluídos tais profissionais.

O campo de atuação do músico está em plena e constante expansão e complexificação, e não se resume exclusivamente aos espaços e carreiras hegemonicamente constituídos. O artista músico, hoje, está sendo pressionado a romper as amarras da tradição e ingressar numa realidade que é multicultural, dinâmica, tecnológica e interdisciplinar. Consequentemente, as escolas precisam pensar o tipo de preparação que pretendem a partir dessa mesma realidade (NASCIMENTO, 2003, p. 73).

- Questão 7 - Na atualidade, quais as práticas musicais que você desenvolve ou frequenta? Justifique suas respostas citando o que você considera importante

Estagiário A: O canto que levo para a vida como o meio de expressar pensamentos e sentimentos

Estagiário B: Atualmente faço parte do coral da Escola de Música Sobralense

Estagiário C: Faço parte de um coral no qual eu estagiei e agora estou como integrante, acredito que isso vai me ajudar a aperfeiçoar mais ainda o que eu obtive com o curso, além de trazer novos aprendizados.

Estagiário D: certamente, estou ingresso na UFC, cursando música.

Identificamos a partir das respostas acima que A, B e C consideram muito importante as práticas de Canto tratadas durante a formação, ao ponto de duas pessoas (B e C) ainda estarem inclusas em corais. Observamos ainda que D aponta que a formação técnica o impulsionou a cursar o nível superior na área de música. Em concordância a fala destes estudante a autora Fucci Amato expõe que: “O canto coral se constitui em uma relevante manifestação educacional musical e em uma significativa ferramenta de integração social (FUCCI AMATO, 2007, p 77).

- Questão 8 - No mercado de trabalho, como você encontra-se hoje? (deve também citar se está na universidade ou em cursos), optaria por uma carreira no ramo da música ou educação musical?

Estagiário A: Hoje estou na área ambiental, que é a área que me identifico mais.

Estagiário B: No momento estou em um cursinho preparatório para o ENEM. Eu particularmente só não optaria por uma carreira no ramo musical por obter uma maior identificação no curso de medicina, porém tenho um grande apreço pela esfera musical e pretendo continuar vivenciando experiências nela.

Estagiário C: Desempregada, optaria sim, mas está em segundo plano, mas não deixa de ser algo que eu queria muito.

Estagiário D: Sim, optaria por carreira no ramo da música, ou educação musical, por isso faço Licenciatura em música.

Observamos a partir destas respostas que apesar de apenas um dos pesquisados estarem buscando a área de educação musical ou afins, nas respostas de B e C identificamos que há um interesse pela área, apesar de que este esteja em “segundo plano” como citado em C.

Após apresentação e discussão dos dados aqui investigados, prosseguiremos agora para a conclusão desta pesquisa buscando um fechamento das ideias aqui traçadas.

8 O CODA: CONCLUSÕES DA PESQUISA

Esta pesquisa analisou o Estágio Curricular do Curso Técnico Integrado em Regência pertencente ao contexto das Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP no Estado do Ceará, com evidência na unidade localizada no município de Sobral, buscando compreender se houveram oportunidades formativas na área de educação musical para os estudantes deste curso durante o referido período. Para tanto, discorremos a cada capítulo a respeito do contexto geral que envolve tal formação, como foi o caso da análise a respeito do Ensino Médio e da trajetória da área de regência no Brasil e no Ceará.

Apontamos a partir das características observadas, que este Curso soma-se ao contexto local no que tange as estratégias de ensino de música no município e que também tal formação pode prover ao estudante alguns ganhos como: conhecimento formal de música; possibilidade de prosseguimento nos estudos; a inclusão no mundo trabalho a partir da área de música; possibilidade do aprendizado empreendedor a partir da arte.

Percebe-se também que esta formação possibilita aos estudantes um crescimento pessoal e humano a partir das temáticas disciplinares trabalhadas de forma coletiva, concedendo a estes um senso de responsabilidade com o semelhante. Deve-se aqui pontuar novamente que esta formação ocorre de forma integrada ao Ensino Médio sob a perspectiva de ter a música como área de formação profissional. No contexto desta cidade, formaram-se no ano de 2016 vinte e sete técnicos nesta área (a primeira turma). Já no ano seguinte foram formados trinta e dois técnicos em Regência e aptos a seguirem no mundo do trabalho e/ou ingressantes na Universidade.

Os estudantes deste curso, em geral, iniciam a formação sem conhecimento mínimo em música, sendo feita esta iniciação apenas no decorrer da formação. Aqueles que possuem alguma formação são normalmente integrantes de experiências religiosas. Apontamos este fato como positivo no que diz respeito a oportunizar estudantes, porém, é um fator negativo no que tange a especificidade da temática Regência, que exige de seus executantes um conhecimento aprofundado na área de música.

Percebemos também que o fator tempo de formação, somado a idade cronológica dos estudantes gera certa dificuldade para a especificidade da temática

de formação aqui almejada. O trabalho formativo prepara-os para uma leitura musical a partir de uma visão generalista de arranjo, para o domínio da afinação e conhecimento primordial da área de canto, porém, não lhes permite atuar como professor de música, haja vista que esta função pode ser executada apenas por profissionais que possuam graduação na área.

Ao nosso entendimento, a formação técnica aqui investigada possui ênfase na formação grupos através do canto coletivo. A área instrumental possui o objetivo de favorecer o acompanhamento durante as atividades práticas. Embora seja evidenciada tal ênfase, deixamos claro aqui que existem estudantes que ultrapassam o conteúdo ministrado e desenvolvem-se na área instrumental, não sendo esta uma regra, e assim ampliam as perspectivas de inserção dos mesmos no cenário artístico e trabalhista local.

Quanto à questão de pesquisa: será que o Estágio Curricular em Regência pode promover o domínio das práticas e experiências musicais apreendidas durante sua formação? Ao analisar os dados fornecidos nos Relatórios e questionários referentes a este período de atuação identificamos que foi possível observar que os estudantes/estagiários puderam apreender as técnicas e práticas em educação musical e regência adquiridas durante sua formação, pondo-as em prática durante o período de estágio.

Com relação à análise do Estágio curricular, pontua-se que o maior foco das atividades de atuação destes discentes durante o período desta disciplina deu-se através da atuação em instituições educacionais públicas e privadas através de atividades de musicalização, com o público infantil durante projetos de ensino articulados em atividades de contra turno. Apesar de tal fato, estes estagiários/estudantes puderam desenvolver os conteúdos adquiridos durante sua formação e ainda alguns destes puderam executar os domínios relativos ao gestual de regência.

Identificamos que houve um aprendizado significativo da área de música para estes estudantes, a partir das perspectivas formativas deste curso, sendo tal fato comprovado através dos dados coletados durante a pesquisa, e observação de nossas aulas.

Através do contato com as práticas desenvolvidas durante a formação, cada estudante pôde experimentar a aquisição de desenvolvimento humano a partir de sua participação em um grupo executante de música, onde cada “voz” tem sua

importância, sendo isto demonstrado principalmente através do ato de cantar e tocar coletivamente, momentos em que estes podiam pôr em prática os conteúdos abordados em sala, percebemos desta forma que esta formação apresenta êxito em sua proposta formativa.

Analisando a finalização de oferta da formação em Regência no Município de Sobral, percebemos que provavelmente tal encerramento ocorreu de forma brusca, haja vista que, apenas duas turmas de egressos podem não concretizar a criação de uma área de atuação. Desta forma não houve um amadurecimento deste curso, nem muito menos do Mundo do Trabalho a respeito da atuação destes técnicos. Apontamos, de acordo com os dados da pesquisa, que as EEEP's tem por pretensão a inclusão do egresso em atividades trabalhistas, porém, deve também existir um maior empenho por parte do Governo Estadual em articulações com demais órgãos, vislumbrando uma maior inclusão de egressos nestes ambientes.

No que tange a aceitação local do mercado de trabalho, observa-se certa dificuldade no entendimento da formação aqui proposta a iniciar-se pela nomenclatura escolhida para tal, sendo necessária inclusive, a utilização e sinônimos para descrever esta área. Esta dificuldade foi fortemente evidenciada durante a busca de Concedentes para o acolhimento dos estagiários, em especial para as primeiras turmas, já que estes “abrem” esta nova área no mercado de trabalho local.

Com relação as condições locais no Mundo do Trabalho, acreditamos que seria essencial que a Secretaria Municipal de Educação articulasse projetos relativos a inserção do ensino de música em sua rede de ensino. Desta forma, os egressos da formação em Regência poderiam atuar em sua rede de ensino, a partir de estratégias de formação de grupos musicais, favorecendo também o desenvolvimento desta área de formação.

Embora não seja foco em nossa pesquisa, pontuamos que dentre os 59 estudantes egressos da formação em Regência, 100% prestaram ENEM⁷⁷ sendo que, em torno de 20 estudantes optaram para ingresso no Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal do Ceará em Sobral, e dentre estes, 6 estudantes cursam o Ensino Superior em Música na atualidade, dando continuidade a formação recebida a nível técnico e opondo-se a mera profissionalização de mão-de-obra.

⁷⁷ Exame Nacional do Ensino Médio

Os demais egressos com que tivemos contato informaram que não pretendiam se profissionalizar em música (dado confirmado também através do questionário), porém, gostariam de cursar o nível superior em outra área como Pedagogia, outras licenciaturas e até mesmo em cursos superiores de Engenharia e Medicina.

Apontamos como caminho para pesquisas posteriores, que pode ser investigado qual o percurso dos egressos do Curso Técnico em Regência na cidade de Sobral, buscando compreender como esta formação contribuiu para seu desenvolvimento no Mundo do Trabalho e/ou na Universidade. Apontamos ainda que pode também ser investigado o que proporcionou o êxito desta formação na cidade de Crato, traçando um paralelo entre as duas cidades.

Esta pesquisa busca também contribuir para o fortalecimento da área de educação musical, debruçando-se sobre a temática da formação técnico-profissionalizante em Regência que se destaca como nova abordagem de formação, somando-se as estratégias modernas de ensino aprendizagem de música nos dias atuais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José Robson M. de. **Tocando o repertório curricular: Bandas de música e formação musical.** Dissertação de mestrado. UFC. Fortaleza, 2010,
- AMATO, Rita F. **O canto coral como prática sociocultural e educativo-musical.** *Opus*, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 75-96, jun, 2007.
- ARAÚJO, Gennilffson Cunha de. **O estágio supervisionado curricular no curso de música da UFC/campus Sobral: a importância das vivências docentes no processo de constituição do professor de música.** UFC. Sobral CE, 2016.
- BENNETT, Roy. **Uma breve história da música.** Jorge Zahar editora. Rio de Janeiro, 1994.
- BENVENUTO, João Emanuel Ancelmo. **Estágio curricular e formação do *habitus* docente em educação musical.** Dissertação. UFC. Fortaleza. CE, 2012.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais- PCN / Artes.** 1997
- BRASIL. **Parâmetros curriculares para o Ensino Médio nacional – PCNEM.** 2000
- CÁRICOL, Kassia. "**Panorama do ensino musical.**" *JORDÃO, Gisele; ALUCCI, Renata et. al. A Música na Escola. São Paulo: Allucci & Associados Comunicações (2012): 19-39.*
- CEARÁ. **LEI N° 14.273.** De 19.12.08 (D.O.E. 23.12.08). Disponível em: <https://apeoc.org.br/wp-content/uploads/2010/11/LEI.n.14273de2008.pdf>. 2008.
- CEARÁ. **Plano do Curso Técnico Integrado em Regência.** SEDUC. Fortaleza. 2011.
- CEARÁ. **Plano do curso Técnico Integrado em Regência.** SEDUC. Fortaleza. 2016
- COSTA, Marco Tulio Ferreira da – **As primeiras formações do campo artístico em Fortaleza.** In Educação Musical em todos os sentidos. UFC. Fortaleza, 2012.
- DAMIANI, Magda Floriana. **Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios.** Educar. Ed. UFPR. p 213-230. Curitiba, 2008.
- DOMINGUES, J. L.; TOSHI, N.S.; OLIVEIRA, J. F. A reforma do Ensino Médio: A nova formulação curricular e a realidade da escola pública. In revista: **Educação & Sociedade**, ano XXI, nº 70, 2000.
- ESCOTT, Clarice Monteiro, e MORAES, Márcia Amaral Correa de. **História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia." IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil". Universidade Federal da Paraíba–João Pessoa (2012).**

FERNANDES, José Nunes. **Educação musical** :temas selecionados. 1ª edição. Curitiba. PR. Editora CRV, 2013.

FERREIRA, Miqueias Gomes. **O ensino de música no município de Sobral: Implantação da música na disciplina de artes no currículo escolar.** Dissertação. UFC. Fortaleza, CE, 2016.

FIGUEIREDO, Sergio L. F. de. **O ensaio coral como momento de aprendizagem: a prática coral numa perspectiva de educação musical.** Dissertação. UFRS. Porto Alegre. RS, 1990.

_____. **O processo de aprovação da Lei 11.769/2008 e a obrigatoriedade da música na Educação Básica.** Anais do XV ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino – Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente, Belo Horizonte, 2010.

_____. **Currículo escolar e educação musical: uma análise das possibilidades e desafios para o ensino de música na escola brasileira na contemporaneidade.** UDESC. Santa Catarina – RS, 2013.

FONTEERRADA, Marisa. **De tramas e fios: Um ensaio sobre música e educação.** São Paulo: Editora UNESP, 2008.

GRINGS, Bernardo. **O ensino de regência na formação do professor de música: Estudo com três cursos de licenciatura em Música da região do Brasil.** Florianópolis, 2011.

JUNKER, David. **O movimento do canto coral no Brasil: breve perspectiva administrativa e histórica.** Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música–ANPPOM–Salvador, 1999.

LINHARES, F. J. M; DANTAS, D. M. P. - **Potencial empreendedor: estudo do perfil dos alunos do curso técnico de nível médio em logística da escola estadual de educação profissional Lysia Pimentel Gomes Sampaio Sales.** IFCE. Fortaleza. Ceará, 2014.

MATOS FILHO, José Brasil de. **Escola de música de Sobral: Análise de um processo de processo não-intencional de formação de educadores musicais.** Dissertação. UFC. Fortaleza CE, 2014.

MELO, Maria Alves de. **A proposta pedagógica das escolas estaduais de educação profissional do estado do Ceará.** Dissertação. UFJF. Juiz de Fora. MG, 2015.

MOLL, Jaqueline. Reformar para retardar: *a lógica da mudança no EM, In Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 11, n. 20, p. 61-74, jan./jun, 2017. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

NASCIMENTO, Sônia de Almeida do. Educação profissional- Novos paradigmas,

novas práticas. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, V. 8, 69-74, mar. 2003.

PARENTE, Felipe X. **A música local na escola cearense: uma análise sobre as trajetórias de formação docente**. Dissertação. UFC. Fortaleza. CE, 2015.

PENNA, Maura. **Construindo o primeiro projeto de pesquisa em Educação e Música**. Sulina. Porto Alegre – RS, 2015.

_____. **Música(s) e seu ensino**. Porto Alegre – RS: Sulina, 2008.

SEDUC - **Manual do Itinerário formativo do curso técnico em Regência**. SEDUC. Fortaleza, 2016 /2017.

SEDUC. **Guia de Estagio**. SEDUC. Fortaleza, 2017.

SILVINO, Izaíra. **Ah, se eu tivesse asas...** Expressão gráfica. Fortaleza – CE, 2007.

SOUSA, Cristian Marques de. **A música como instrumento de intervenção no atendimento psicopedagógico**. Fortaleza – CE, 2014.

_____. **Laboratório de práticas coletivas: Experiências musicais com alunos do Curso Técnico em Regência da Escola Lysia Pimentel**. Artigo apresentado no 7º encontro nacional de ensino coletivo de instrumento Musical – VII ENENCIM. Sobral – Ceará, 2016.

SOUZA, Sergio Luiz Deslandes de. **A regência como proponente curricular dos cursos de licenciatura em música oferecida pelas universidades federais do Brasil**. Tese. Salvador – BA, 2015.

TRAJANO. Tayane da Cruz, - **O ensino coletivo de instrumentos musicais- O Processo de ensino-aprendizagem da Escola de Música do Bom Menino**. São Luiz – MA, 2012.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANDER, Oscar. **Regência coral**. 5º ed. Porto Alegre – RS, 2003.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
MESTRADO PROFISSIONAL EM ARTES/PROFARTES
Cristian Marques de Sousa
Questionário EGRESSOS

1. Nome:
2. Ano de Conclusão
3. Durante o período de estágio curricular do Curso de Regência você vivenciou diversas práticas estudadas em sua formação? Comente quais experiências que mais lhe marcaram durante estas práticas de música:
4. Você considera importantes as experiências desenvolvidas no estágio?
Exemplifique
5. Quais experiências você de estágio que você considerou importante para sua formação e vida profissional?
6. O que você citaria como experiência válida desta formação em Regência para sua vida?
7. Dentre as atividades desenvolvidas no Curso, quais as que mais lhe marcaram?
8. O que você acredita que fortaleceria esta formação em Regência como formação de nível médio técnico?
9. Na atualidade, quais as práticas musicais que você desenvolve ou frequenta?
Justifique suas respostas citando o que você considera importante
10. No mercado de trabalho, como você encontra-se hoje? (deve também citar se está na universidade ou em cursos) Optaria por uma carreira no ramo da música ou educação

Qual a aprendizagem adquirida durante o estágio? (conhecimentos que foram aprimorados ou acrescentados com a prática)

CONCLUSÃO: (importância do estágio para a vida pessoal e profissional)

_____, ____ de _____ 20____.

Assinatura do(a) Estudante

MATRIZ CURRICULAR 2017

COMPONENTES CURRICULARES/ANO		ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - EEEP												
		EIXO TECNOLÓGICO: PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN												
		CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM REGÊNCIA												
		1º ANO				2º ANO				3º ANO				TOTAL
		1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		
DISCIPLINAS		S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	
FORMAÇÃO GERAL	Língua Portuguesa	4	80	4	80	4	80	4	80	2	40	2	40	400
	Artes	1	20	1	20									40
	Língua Estrangeira: Inglês	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	Língua Estrangeira: Espanhol	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	Educação Física	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	História	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
	Geografia	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
	Filosofia	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	Sociologia	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	Matemática	4	80	3	60	4	80	4	80	2	40	2	40	380
	Biologia	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
	Física	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
	Química	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
	SUBTOTAL		24	480	23	460	23	460	23	460	19	380	19	380
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	Informática Básica	3	60	2	40									100
	Introdução ao Curso Técnico e Ética Profissional	2	40											40
	Flauta Doce I	2	40											40
	Percepção, Teoria e Solfejo I	2	40											40
	Regência: Canto Coletivo e Técnica Vocal I	1	20											20
	História da Música			2	40									40
	Percepção, Teoria e Solfejo II			3	60									60
	Regência: Canto Coletivo e Técnica Vocal II			2	40									40
	Flauta Doce II			2	40									40
	Laboratório de Práticas Coletivas I			2	40									40
	Percepção, Teoria e Solfejo III					3	60							60
	Flauta Doce III					2	40							40
	Laboratório de Práticas Coletivas II					2	40							40
	Regência: Canto Coletivo e Técnica Vocal III					2	40							40
	Percepção, Teoria e Solfejo IV							2	40					40
	Flauta Doce IV							2	40					40
	Laboratório de Práticas Coletivas III							2	40					40
	Regência: Canto Coletivo e Técnica Vocal IV							2	40					40
	Didática na Música									2	40			40
	Flauta Doce V									2	40			40
Regência: Canto Coletivo e Técnica Vocal V									2	40			40	
Percepção, Teoria e Solfejo V									2	40			40	
Laboratório de Práticas Coletivas IV									2	40			40	
Estágio Curricular											15	300	300	
SUBTOTAL		10	200	13	260	9	180	8	160	10	200	15	300	1.300
PARTE DIVERSIFICADA	Horário de Estudo I	2	40	1	20	2	40	3	60	3	60	2	40	260
	Horário de Estudo II					2	40	2	40	3	60	1	20	160
	Projeto de Vida	3	60	3	60	1	20	1	20	1	20			180
	Oficina de Redação					1	20	1	20	1	20			60
	Empreendedorismo	2	40	2	40									80
	Formação para a Cidadania	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	Projetos Interdisciplinares II	1	20	1	20	3	60	3	60	4	80	2	40	280
	Projetos Interdisciplinares II					2	40	2	40	3	60			140
	Mundo do Trabalho	2	40	1	20	1	20	1	20					100
	Preparação e Avaliação da Prática de Estágio											5	100	100
SUBTOTAL		11	220	9	180	13	260	14	280	16	320	11	220	1.480
TOTAL GERAL		45	900	45	900	45	900	45	900	45	900	45	900	5.400

janeiro de 2017